

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*)

HODGETT (Gerald A. J.). — *História Social e Econômica da Idade Média* (tradução de Mauro Roberto da Costa Souza e Tainá Pinheiro da Costa Souza). Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975. 263 p. in 8° (21 x 14 cm.).

A Zahar Editores publicou numa boa tradução de Mauro Roberto da Costa Souza e Tainá Pinheiro da Costa Souza (do original inglês *A Social and Economic History of Medieval Europe* sob o título *História Social e Econômica da Idade Média*) a obra de Gerald A. J. Hodgett, que pretende

"sintetizar a pesquisa básica que tem sido realizada em muitos setores da História Econômica e Social da Europa Medieval, nos últimos vinte anos" (p. VII).

Esse caráter de síntese, com a exclusão de pesquisas próprias, apesar de válido, contribui para enfraquecer o alcance do livro, tendo ainda como agravante a tendência do autor em tomar partido categórico a respeito de pontos controvertidos entre os medievalistas, como veremos no transcorrer da resenha.

O A. traça inicialmente um quadro das transformações ocorridas na Europa, motivadas pelas invasões bárbaras, situando-as desde 180, quando Marco Aurélio e Cômodo derrotam os marcomanos, até a queda de Roma em 476; data em que considera como marco das transformações da Europa Ocidental. Tais transformações não se deveram às devastações, mas sim à fragmentação provocada pelos germânicos no Império Romano do Ocidente.

Apesar de se tratar de opinião discutível e de não coincidir com as da maior parte dos medievalistas, julga o autor que houve um crescimento demográfico na Europa entre os anos 500 a 1.000 e, em consequência disso, necessidade de aumento da produção, provocando no período

"uma economia rural em expansão moderada" (p. 33),

mais ampla no norte que no sul. Tal expansão vincula-se de certa forma, às condições do solo e das técnicas agrícolas que não significam, para o A., inovação, mas sim um prosseguimento dos aprimoramentos iniciados pela civilização romana e que foram, com o transcorrer do tempo, se diferenciando no Norte e Sul da Europa, dadas as condições do solo.

(*). — Solicitamos do Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

O A. atribui o desenvolvimento das senhorias a partir das instituições Romanas, não excluindo todavia, a grande contribuição germânica. Mostra as variações regionais e as características peculiares das Senhorias, bem como o processo que levou os escravos e homens livres a se tornarem servos; os laços de dependência na sociedade feudal, em suma:

"a diversidade considerável do *status* dos lavradores dependentes" (p. 45).

No que tange ao comércio medieval o autor julga que houve uma certa estagnação entre os séculos V e IX, vinculando-a às desordens políticas motivadas pelas invasões bárbaras. Faz, a respeito, um ligeiro confronto entre as interpretações de Dopsch, Pirenne, Baynes, Lopez, Denouard e Vercauteren.

O A. trata em seguida do Renascimento, tanto do comércio como das cidades, não desvinculando o Norte do Sul Europeu. Veneza foi o ponto chave do renascimento comercial, mas toda a Europa esteve incluída, impulsionada pelo crescimento demográfico, tendo a primazia do bispo de Roma e o movimento de cruzada fixado o rumo da expansão comercial para o Oriente. O A. não se detém em estabelecer as fontes de capital e as origens da classe de mercadores, mas trata do rendimento do capital e as técnicas usadas pelos italianos para financiar a empresa comercial, bem como o combate à usura feito pela igreja. Analisa o desenvolvimento bancário iniciado em Siena, a complexidade das formas de escrituração utilizadas pelos italianos, cujos métodos só foram adotados em toda a Europa no século XVI e examina, de forma sucinta, o desenvolvimento do comércio medieval Europeu; julga que as cidades italianas abriram

"o caminho para o renascimento comercial da Europa" (p. 89),

entretanto coloca Flandres, Champanha e a Liga Hanseática em lugar destacado quanto ao renascimento deste comércio. O A. considera que nos séculos XII e XIII ocorreu um crescimento global na economia Européia, entretanto

"a falta de Capital e sobretudo, a ausência de qualquer avanço tecnológico importante impediram que a sociedade medieval efetuasse o arranco para o crescimento..." (p. 25).

Ao estudar o transporte medieval o A. considera em primeiro plano o fluvial e mesmo o marítimo; tece considerações sobre o estado de conservação das estradas, dos passos alpinos e do uso das carretas. Restringe-se, todavia, aos séculos XII a XV, período portanto da Baixa Idade Média, denominado *Later* em inglês.

O A. considera Bizâncio e Córdova dois mundos desenvolvidos, compara dos ao subdesenvolvimento Europeu Medieval; verdadeiros exportadores de *Know-How* técnico e de *objets de luxe*, que lhes propiciava um *superávit* comercial capaz de tornar as duas cidades tão grandiosas que

"pasmavam o viajante pela sua dimensão e riqueza" (p. 134).

Tal posição é discutível, podendo-se contrapor-lhe, a título de exemplo, a de Jacques Le Goff, que em sua obra *La Civilisation de l'occident Médiéval* enquadra tanto Bizâncio, como o Islam e toda Europa Ocidental num mesmo nível de desenvolvimento, embora os primeiros fossem mais ricos e refinados e o segundo mais pobre e rude.

Ao tratar da "indústria" medieval o A. divide-a em três capítulos, reservando um para a "indústria" de construção, outro para a de tecidos e um terceiro para a mineração e "indústria" metalúrgica. Na primeira descreve as técnicas das construções de madeira e pedras, considerando que

"em muitos aspectos, a indústria de construção era distinta da indústria medieval em geral, desde o início foi capitalista em sua estrutura e dependia de uma grande massa de oficiais assalariados" (p. 159).

Quanto à "indústria" de tecidos, que consider também capitalista, o autor faz um estudo das principais áreas produtoras; Flandres, Itália e Inglaterra, considerando os processos de fabricação, de tintura, de comercialização, bem como toda a organização trabalhista. Com referência à mineração o A. demonstra a evolução das técnicas empregadas entre os séculos XII a XV e o aparecimento de uma classe de mineiros que se fortaleceu; pois com o aumento na procura de minérios (para uso agrícola, bélico e náutico), se o rei reservou para si o direito sobre a prata e o ouro, concedeu permissão para exploração dos outros minérios, especialmente carvão e ferro.

O A. dedica dois capítulos de seu livro ao que intitulou: "O apogeu da Sociedade Agrária Medieval" tratando em separado das "Relações de Posse" e "O Cultivo do Solo, as técnicas e a lavoura". Quanto às "Relações de Posse", destaca de um lado as relações senhoriais econômicas e de outro as jurisdicionais, analisando-as no Ocidente e Oriente Europeu, mas dando maior ênfase ao Ocidente, pois dispendo de maior número de fontes, pode inclusive sintetizar a evolução da senhoria e do *ban* por região. No que concerne ao "Cultivo do Solo, as Técnicas e a Lavoura" o autor inicialmente comenta algumas fontes de estudos sobre o assunto em pauta, passando em seguida a algumas considerações sobre o instrumental agrícola, sobre a estercadura, a irrigação, os moinhos e os tipos de culturas desenvolvidas. Conclui que, apesar das melhorias nas técnicas e no aproveitamento do solo, a produtividade

não se elevou muito. Concorde com uma produtividade em torno de quatro grãos por um, mas cita algumas variantes, de acordo com regiões mais ou menos férteis da Europa.

No último dos 16 capítulos de seu livro o autor enfoca o declínio e a busca de novos horizontes pela Europa, atribuindo como causas do declínio não apenas a peste negra, mas também as fomes, o clima, e a crescente tributação do século XIV. Entretanto, mesmo concordando com um declínio generalizado, o autor defende que esses "tempos difíceis" caracterizam uma fase de buscas de novos rumos para a Economia Européia e que esses foram realmente encontrados, especialmente pelas viagens portuguesas e espanholas que descortinaram um novo mundo. As rotas tradicionais da Europa — e nelas ressalta a importância das guildas como controladoras da produção, salários e preços — deram lugar à travessia dos Oceanos Atlântico e Índico. Em suma, para o A., os séculos XIV e XV já não são exatamente Idade Média.

WILSON VALENTIM BIASOTTO.

* *
*

PERROY (Edouard). — *Le Monde Carolingien*, S.E.D.E.S., Paris, 1974, 274 págs.

Apesar da escassez de documentação referente à Europa abrangida pelo império de Carlos Magno, a riqueza de elementos intrínseca às fontes existentes aliada à imaginação e preocupações de historiadores, tanto do século XIX como XX, permitiu se originasse uma razoável massa de escritos à quele respeito. Certamente, o próprio mito Carlos Magno deve ter contribuído para que, consciente ou inconscientemente, fossem concretizadas pesquisas e especulações sobre o personagem e seu tempo.

Desde uma colocação como a de É. Littré (1801-1881) (1), excluindo Carlos Magno dos quadros da chamada Idade Média, até a celeberrima, imaginosa e não mais aceita tese de Henri Pirenne, inúmeros são os "trabalhos de detalhe" no tocante aos tempos carolíngios.

(1). — "Le moyen âge n'a pas créé les conditions sous lesquelles il s'est formé; il les a reçues. Aussi, ce qui seul doit être mis à sa responsabilité, c'est l'usage qu'il en a fait, soit pour les améliorer, s'il les a améliorées, soit pour les empirer, s'il les a empirées. Il succède à la domination des barbares en Occident. J'en fixe le commencement à la chute des Carlovingiens; c'est alors qu'il n'y a plus un seul chef germain à la tête des nations romanes; ces nations, redevenues indépendantes, sont gouvernées par des chefs indigènes; c'est aussi l'époque de l'établissement définitif et régulier de la féodalité". (É. Littré, *Éludes sur les Barbares et le moyen âge*, Didier et Cie ed., Paris, 1883, 4a. edição, pag. IV).

Diante desta perspectiva, o Prof. E. Perroy, bastante conhecido em nosso meio mormente por sua participação como autor do volume relativo à Idade Média na série História Geral das Civilizações de M. Crouzet, propõe-se a estabelecer um balanço, uma *mise-au point*, no que diz respeito aos séculos VIII e IX da Europa ocidental e central, de acordo com as pesquisas mais recentes .

Acreditamos que ao empregar a terminologia "mundo", quisesse o Prof. Perroy conciliar uma idéia de unidade e particularidade própria ao período, sem, no entanto, tornar ausente as disparidades quase que obrigatórias, mesmo se levarmos em conta apenas o próprio espaço abrangido por este "mundo".

Mitos à parte, o trabalho em questão pretende focar com base em fontes primárias e comentários os mais recentes os encadeamentos das estruturas econômicas, sociais e por fim das instituições políticas e administrativas, não se fixando nos "acidentes da superestrutura política".

Partindo geralmente de problemas aventados pela historiografia referente ao período — posições tradicionais e mais recentes —, a obra de Perroy transcorre num tom quase que puramente narrativo e informativo, irremediavelmente preso ao concreto, sem maiores veleidades analíticas ou novas interpretações. Não é raro a solução do problema apresentado estar contida numa opinião já expressa anteriormente por algum outro historiador.

Apesar de seu excelente caráter didático e de estar implícito, ao menos na introdução ao trabalho, que sua proposição concentra-se em esclarecer o encadeamento de estruturas, cremos, que o "mundo carolíngio" poderia ter sido concebido de uma maneira mais abrangente, caso fosse Perroy menos apegado ao didatismo. Ou seja, Perroy peca, paradoxalmente talvez, pela virtude da clareza. Seria possível que um esquema de apresentação mais complexo, imaginoso, pudesse conferir ao seu trabalho, com o mesmo material de que dispôs, uma unidade mais corrente, sem compartimentos fechados.

De acordo com seu método, Perroy distribui os elementos de seu estudo em doze capítulos.

Do primeiro ao terceiro, discute os problemas e as fontes para o estudo da economia carolíngia, analisa o regime dominial em sua extensão, formação e desintegração, o seu papel econômico, a complexidade do regime de tenências, desigualdade dos mansos, seu fracionamento, os problemas demográficos do domínio, suas rendas e a utilização destas rendas nos quadros internos e governamentais, estabelecendo sempre uma conexão entre a terra e o homem a ela correspondente. Apesar da economia carolíngia ser caracteristicamente agrícola, Perroy dispensa a um capítulo sobre as atividades de troca praticamente o mesmo número de páginas que dispensara àquele setor, na medida em que focaliza a situação do quadro urbano na época, a situação dos mercadores, das mercadorias, o estado do comércio local, regional e também do grande comércio, bem como o das rotas comerciais e da circulação monetária. Em síntese, podemos dizer, que toda a digressão de Perroy nesta parte do trabalho resume-se num balanço das teses de Pirenne, Dopsch e seus adver-

sários. Deixando a questão em aberto, Perroy apenas encerra esta parte inicial do "mundo carolíngio" retomando alguns enunciados de Cipolla (*Annales*, 1949) que se caracterizam por uma linha de moderação compatível com os seus intuitos.

Numa segunda parte do livro, é enfocada a sociedade carolíngia como uma correspondente da economia agrícola. É discutido também em que medida constituía-se a aristocracia numa força de aceleração das relações de dependência pessoal, assim como o crescimento e a concentração da fortuna fundiária. Sempre com base nos pressupostos econômicos, o A. desenvolve um capítulo sobre a vassalidade carolíngia, seus problemas de origem e sua situação de fato nos séculos IX-X, a questão do *beneficiam* e por fim a união deste com a vassalidade, que, após 888, passa a se transformar no feudalismo propriamente dito. Após traçar as linhas estruturais gerais desta sociedade vassálica, Perroy dedica um capítulo especial à ligação entre clero e realeza sempre com base, é certo, na perspectiva do domínio territorial. Completando o quadro social o ligárquico carolíngio, aparecem "as classes inferiores", onde as diferenças jurídicas nem sempre correspondiam às diferenciações num plano concreto. Como não poderia deixar de ser, um dos tópicos de discussão nesta parte é justamente aquele da escravidão ou servidão dos não-livres.

Como fecho ao "mundo carolíngio", o A. coloca que as estruturas políticas e administrativas do Império apresentam menores dificuldades de abordagem que os demais pontos anteriormente tratados. Partindo do "Estado e do Palácio"; passando pelos "quadros locais e regionais" da administração, "o exército e as finanças" até chegar ao seu último capítulo "os meios de controle", Perroy acaba por discutir o êxito ou não da política de Carlos Magno. Assim, ironicamente, caímos num problema individual, colocado pelo A. da seguinte maneira:

"O verdadeiro problema não é o de saber porque o Império carolíngio se desintegrou, mas por qual jogo de circunstâncias e de ações individuais pode ele se manter bem ou mal durante mais de um século. Trazia ele em si mesmo os germes de uma decrepitude mais rápida do que na realidade aconteceu" (pág. 269).

THEREZA ALINE PEREIRA DE QUEIROZ.

* *
♦

BADEL (P.Y). — *Introduction à la vie littéraire du Moyen Age*, Bordas, Col. Études, Paris, 1969, 242 páginas (21,5 x 13).

Com data de 1969, a editora Bordas inseriu em sua coleção *Études*, na Secção literária dirigida por Jean Céard, o excelente livro de Badel. No prefácio, o diretor da coleção explica que, como a coleção o exige, o livro se

propõe a ser exatamente uma introdução à vida literária da Idade Média, o que se comprova pela ampla bibliografia que precede cada capítulo e ocupa ainda algumas páginas antes do índice. Em seguida, o A. em duas frases de seu *avant-propos* sintetiza as bases de seu estudo:

"Quant à nous, nous ne croyons pas à la "naïveté" des oeuvres médiévales, qui ferait tout leur "charme"

e mais abaixo, na mesma página 6:

"Au Moyen Age, le poète n'existe que pour la colectivité qui le fait vivre", e explica: "Il en partage les valeurs, les goûts et les préjugés. Il est solidaire d' une culture donnée et d'une histoire".

São bases que ampliam o interesse da obra para outros que não apenas interessados na Idade Média do ponto de vista literário. O historiador também se interessará muito pela obra que passamos a descrever.

Feita esta proposta, tanto do diretor da coleção quanto do A., segue-se a lista das edições utilizadas, sendo que todas elas se recomendam, sendo a maioria publicações da S.A.T.F. (*Société des anciens textes français*) ou de C.F.M.A. (*Classiques français du Moyen Âge*) ou então de T.L.F. (*Textes littéraires français*). O estudo propriamente se divide em cinco partes: 1. — O universo, a sociedade a mentalidade; 2. — Os modelos culturais; 3. — Literatura e sociedade; 4. — Fontes eruditas e folclóricas; 5. — Formas tradicionais e correntes novas.

Formada de oito capítulos, a primeira parte revela o macrocosmo e o microcosmo medievais valendo-se da pesquisa histórica dos cronistas, passando pelo exame do corpo social, das linhagens, da relação feudal e da própria linguagem feudal. Neste exame, encontramos, por exemplo, a seguinte observação:

"Tristan est déchiré entre sa passion pour Yseut et sa fidélité à Marc; en revanche Lancelot n'est pas le vassal d'Artu, c'est une amitié d'élécção qui lui inspire ses scrupules". (p. 24).

É também objeto de acurado exame a mentalidade jurídica, contra a qual Tomás de Inglaterra se revela temerário em seu *Tristan*. O Ciclo do Graal inspira todas as observações pertinentes à Igreja e sociedade: a Igreja e os leigos e a linguagem religiosa. Avidamente rica de simbolismos, a Idade Média os revelou a partir dos nomes e das coisas, dos Lapidários, dos Bestiários e de toda uma linguagem figurada. O A. relembra, por exemplo, o étimo de "cadaver" (*caro data vermibus*) e como licorne, para Philippe de Thaon, seria símbolo do Cristo, que os homens sacrificam sobre os joelhos de Maria. Uma distinção entre o alegorismo e o simbolismo encerra a primeira parte.

Os modelos culturais propostos na segunda parte passam em revista o estatuto e a formação do clérigo demonstrando que a atitude eclesiástica vai da condenação à colaboração com os leigos para promover uma moral profana autônoma. É uma posição intermediária. O clérigo representa um modelo cultural, um estilo de vida consciente de sua superioridade pelo sentimento de poderes próprios à natureza e à razão de sua ordem. A ordem de cavalaria é um ideal pouco compatível com a moral cristã, mas por outro lado, afirma o A., segundo os romancistas, sem ela, o mundo se encaminharia para a desordem, a desgraça e a morte. Roland fornece o parâmetro do exame da cavalaria, Galvam enfeixará as virtudes cortesias e Lancelot, as qualidades do "fine amor", merecendo maior destaque, a disciplina do desejo.

A Literatura e sociedade vistas na terceira parte se enriquecem pelo simples fato de, na maioria das vezes, a obra medieval que chegou até nós não ter apenas um autor. O A. lembra o problema das continuações. Mais tarde, falará também das versões. Aborda o recrutamento de imitadores que se aproximam de autores, o trabalho dos copistas, os retoques e as modificações, insistindo na importância do autor para reconhecer um espelho do mundo nesta literatura e ideologia. Somente assim esclarece o poder das sátiras reveladoras das tensões no seio das classes sociais.

O problema das fontes eruditas e folclóricas ocupa a quarta parte. Muito lúcida a explicação segundo a qual a Literatura Medieval se desenvolve tendo os olhos resolutamente voltados para trás, para o passado. E demonstra-se que o autor não inova senão acreditando que restaurava, não progredia senão assimilando a herança do passado. De fato, nenhum autor medieval tinha a presunção de inventar uma verdade nova, afirma o A. e inventaria fontes sagradas e profanas, avalia o peso das autoridades e se detém sobre o que domina de receitas escolares que exemplifica com o uso dos meios de desenvolver uma idéia: a *etymologia*, a *annominatio*, a *interpretatio*, a *frequentatio*, o *opposition* e a *descriptio*, dos quais encontra trechos representativos em variados romances. Uma retrospectiva do maravilhoso cristão, do científico e do bretão terminam a quarta parte.

A mais alentada das partes: Formas tradicionais e correntes novas examina a canção de gesta, a poesia lírica, a poesia didática, os lais, a evolução do romance, o conto, risos e sorrisos da Idade Média, o Teatro. Determinados aspectos formais estabelecem distinções entre as canções de gesta, cujos assuntos e temas, motivos e heróis épicos, por outro lado garantem o denominador comum épico. Também se revelam aspectos formais da poesia cortês, é feita a distinção entre as manifestações do lirismo popular e do lirismo cortês. A análise psicológica encontra vasto campo de pesquisa em textos medievais, conforme o demonstra o A. com base em obras como *Thèbes*, *Enéas*, *La Mort Artu*. O problema da evolução do romance parte da etimologia da palavras *romance*, enumera os primeiros romances e atinge a fase da prosificação. No exame do conto, encontramos as formas: *conto*, *dito*, *fábula*, *fabliau*, *exemplo* e *lai*. O cômico, por sua vez vai do jogo de

palavra à paródia e o Teatro é revelado através de suas modalidades: *milagre*, *mistério*, *farsa*, sendo as duas primeiras orientadas para o religiosos e a última não demonstrando outra pretensão a não ser o riso. Sem criar polêmica, no final desta quinta parte, o A. afirma:

"Si l' on définit l'humanisme par la connaissance de l'Antiquité, on constate que le Moyen Age, loin de l'ignorer, a fait d'elle sa substance, sa chair" (p. 222).

E recorda que nos séculos XIV e XV se multiplicaram as traduções de obras latinas .

Em apêndice, antes da bibliografia e do índice, temos sob o título "As edições de textos medievais", a descrição científica do caminho andado por uma obra medieval apontando critérios de estabelecimento das continuções e das versões do mesmo texto. A bibliografia muito esmeradamente levantada aponta obras importantes desde o problema da Língua, da História enumerando ainda instrumentos de trabalho, Histórias da Literatura, Antologias e Estudos críticos subdivididos por assuntos: Canções de Gesta, Lirismo, Romance, Conto, Poesia Didática. Extenso índice de autores e assuntos precede o do próprio livro.

Tão extensa matéria somente poderia ser tratada à maneira de introdução nos estreitos limites do volume da coleção *Études*. Em que pese a esquematização a que se viu obrigado o A., a obra além de indispensável ao estudioso da Literatura Medieval, chega a ser extremamente útil a outros aspectos da cultura medieval.

HEITOR MEGALE.

* *
▼

STEVENS (John). — *Medieval Romance. Themes and approaches*. Hutchinson University Library, London 1973, 255 páginas (21 x 13,5 cm.).

Publicado em 1973, *Medieval Romance*, de John Stevens, revela um tratamento amadurecido das narrativas medievais, tanto quanto pode garanti-lo a total flexibilidade no uso de citações e aplicações de exemplos retirados dos mais variados textos, muito embora o A. não tenha pretendido anotar ou avaliar todo o acervo remanescente.

Um esclarecimento muito oportuno é dado no capítulo II sobre a atitude do estudioso diante da ficção medieval, esclarecimento este que ilustra bem a orientação da obra. De fato, mais aceitável que a postura pragmática em relação ao nosso tempo, seria a orientada para a época da obra.

"As in all our dealings with the Middle Ages or, for that matter, with any period remot from our own — we find that the most important question to ask is not straightaway, *What is this worth to me?* but *What is this worth to them?*" (p. 29) .

Isto porque, argumenta, sistemas de pensamento, padrões de sentimentos, códigos de comportamento, estilos em Literatura e Arte, numa palavra, convenções não são inventadas senão para referenciar a vida. Surgem porque são necessários para ordenar experiências e emprestar ou impor significado à vida .

Outras duas idéias preconceituais em relação ao estudo das narrativas medievais, o A. discute e esclarece revelando seus propósitos. A primeira seria a de os escritos medievais constituírem propriedade exclusiva de especialistas e a segunda, decorrente desta, a de que a linguagem que não mais nos é familiar pudesse conduzir à ilógica conclusão de que um mundo absolutamente estranho ou nada familiar se constituísse nos poemas e nas novelas. E concluindo muito coerentemente o raciocínio afirma: o que concerne à narrativa medieval é exatamente o que diz respeito a toda narrativa de ficção. E enumera: o homem amando, o homem lutando, o homem com sua amada, com seu chefe; o homem só, o homem frente ao mistério, frente à morte, o homem procurando Deus.

Quanto ao problema da linguagem, torna acessíveis os exemplos e as citações, pela transcrição, quando necessário, em inglês atual seguindo as citações do inglês ou do francês arcaicos.

O critério que norteia e orienta o estudo não é cronológico nem geográfico. Os problemas tratados se enfeixam em onze títulos: 1. — Introdução: A permanência do romance; 2. — O homem e a mulher: Idealismos do amor; 3. — O homem e a sociedade: O romance do gentil-homem; 4. — Homem e super-homem: O romance do eu; 5. — O Homem e o sobrenatural: O maravilhoso no romance; 6. — O homem e Deus: Romance e religião; 7. — Realismo e romance: Personagens e tipos; 9. — Realismo e romance: Discurso de amor; 10. — O narrador e o poeta; 11. — Epílogo: A repercussão do romance.

Percebe-se que, partindo da premissa de que a narrativa medieval tem uma realidade referencial, o tratamento destes temas, largamente enriquecido de citações, traduz para o leitor, não apenas uma vivência intelectual da época, como também a vida social, política, econômica e religiosa. Isto se comprova pela multiplicidade de referências aos textos dos chamados ciclos arturiano ou bretão, carolíngio e clássico, tanto na fase de canções de gesta, como em sua posterior forma novelesca em prosa, além de outras obras, entre as quais convém destacar especialmente: *Historia Regnum Britanniae*, de Geoffrey of Monmouth; *Canterbury Tales*, de Chaucer; *De Arte Honestae Amandi*, de Andreas Capellanus, *Confessio Amantis*, de John Gower; *De Planctu Naturae*, de Alanus de Insulis. Por vezes, ocorrem mesmo esclarecedores confrontos de versões, como, por exemplo, entre *The Romance of Tristan*, de Beroul, *Tristan and Isold*, de Gottfried von Strassburg e *Les Fragments du Roman de Tristan*, de Thomas.

Em determinados momentos, assume forma bastante didática, nem por isso mais limitada em acuidade. Exemplificaríamos com o maravilhoso como

vem tratado no capítulo IV. Haveria, segundo o A. três categorias de maravilhoso: 1. — o puramente maravilhoso não motivado e inexplicável, como a lança flamejante em *Le Chevalier de la Charrette* (Lancelot) de Chrétien de Troyes, ou barcas movidas sem timoneiro e animais que falam; 2. — o estritamente mágico que mostra o maravilhoso controlado pelo homem, como o dom das línguas e anéis conferindo invisibilidade e 3. — o milagroso, que seria o maravilhoso controlado por Deus e consistiria nos milagres, mais frequentes no Ciclo do Graal.

Considerando que abandonou critérios cronológicos e geográficos, teve o A. o cuidado de inserir antes das bibliografias, uma eluciadadora nota histórica dos romances ingleses e franceses. A bibliografia considera Textos, Antologias e Versões como matéria primordial e arrola, por autores, as escrupulosas edições cotejadas. Como material secundário, também por autores, se guem-se os estudos a respeito das obras medievais. A autoridade dos autores consultados impõe ainda mais o valor da obra, cuja seriedade atesta. Por fim, um índice de referências comprova a abundância de exemplos e citações.

A conclusão a que chega John Stevens, no epílogo, é que

"in the Middle Ages, romance — at least for the chosen few — was part of way of life" (p. 236).

É preciso reconhecer que os objetivos que o livro se propôs foram atingidos e, para o estudioso da Idade Média já familiarizado com os textos, abrem-se-lhes muitas perspectivas de análise, e embora o título pareça orientar-se a interessados na Literatura Medieval, não se pode esquecer que a realidade referida o torna útil e necessário ao historiador.

HEITOR MEGALE.

* * *

FOURQUIN (Guy). — *Les soulèvements populaires au moyen âge*. Collection SUP — "L'Historien". Presses Universitaires de France. Paris, 1972. 216 páginas, in 16°. (10 x 23 cm.).

A coleção SUP compreende diversas secções, sendo que a "histórica" é dirigida por Roland Mousnier. Guy Fourquin, é Professor da Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Lille, próxima à região que presenciou acontecimentos narrados no livro. Do mesmo e ainda na mesma coleção temos *Seigneurie et féodalité au Moyen Âge*.

A obra em linhas gerais pretende ser uma introdução ao problema, onde num rápido exame são caracterizadas situações peculiares de conflito na Idade Média. Embora certos pontos bem tratados fundamentem o trabalho, constantes críticas a diversos aspectos da obra de Marx acabaram se constituindo em divagações, distraindo constantemente o leitor.

Na introdução, o autor explica porque utilizou o termo *sublevação* e rejeitou o de *revolução*. Isto é devido a este último significar:

"un grand bouleversement mettant en haut ce qui était en bas et inversement" (página 5).

Foi necessário escolher um outro vocábulo mais compatível com a Idade Média. O qualificativo *popular*, pretende limitar a obra, excluindo dela os movimentos dirigidos pelos nobres, onde camadas não superiores da sociedade não desempenharam nenhum papel ativo.

A obra se divide em duas partes; Problemática e Tipologia. A primeira com quatro capítulos e a última com três.

Na Problemática pretendeu o autor apresentar uma base teórica para compreensão dos movimentos evocados. São abordados os mitos de grande repercussão, examinando sucessivamente o do milenarismo, o do Anticristo e o do Imperador dos últimos dias, além da Idade do Ouro, que esclarecem profundamente esses movimentos. Há uma certa dificuldade de entender o clima que propiciou tal misticismo, de expansão às vezes incrivelmente rápida, na época, o porque da tal credulidade que fazia multidões seguirem impostores que afirmavam serem Balduino ou Frederico II, mas isto, pelo menos a *grosso modo* poderia ser entendido pela espera da Salvação. É interessante a localização dos mitos mesmo na época moderna.

O sentido de movimentos sociais e as transformações pretendidas muitas vezes são a volta ao passado, parecendo situar os movimentos como saudosistas .

Em alguns casos, como por exemplo a revolta de Wat Tyler (1381), onde o desprezo das riquezas fica caracterizado pelo incêndio do palácio da Savóia com todas as riquezas. Novamente as litimações da sociologia de nossos dias, são colocadas em destaque para interpretações da época.

A sociedade de Ordens, é analisada, na busca dos agentes dos levantes, sendo o papel das corporações de ofícios importante. Uma sociedade que se transforma marginaliza indivíduos, e estes marginais, presas fáceis de "furrores", são importantes agentes em levantes e agitações urbanas, trazendo às vezes situações de caos, combatidos então pelo povo, burguesia e nobres aliados, embora inimigos na situação anterior..

As elites, tem seu papel nas revoltas, e nas de maior amplitude, com sua capacidade de organizar e compreender. A sociedade medieval é apresentada como possuindo relativa mobilidade social, onde a Igreja tinha importante papel dinâmico e, como líderes das revoltas, encontramos diferentes personalidades burguesas como Artevalde, de Gand, e Etienne Marcel, em Paris, religiosos como John Ball, de Londres, e nobres deserdados como Eudes de L'Etoile, em revoltas com características distintas. A apresentação dos chefes, como bons oradores, além de outras características é uma apreciação incompleta, devida principalmente ao enorme espectro de movimentos a sintetizar.

A segunda parte, a Tipologia, constitui uma tentativa, o que é ressaltado por Fourquin, para classificar os levantes medievais. Esta tipologia pretende classificar os levantes ligados aos problemas da mobilidade social ou circulação de elites e revoltas ligadas à conjuntura.

Os movimentos messiânicos, revestem-se por vezes de carater de uma contra-sociedade, devido ao fato de serem seus valores totalmente contrários aos da sociedade da época. Numa época em que, de acordo com os cronistas, milagres ainda aconteciam, não é de estranhar como um profeta conseguisse arrastar multidões mal armadas, morrendo de fome pelo caminho, para libertar a Terra Santa, Anticristos e Imperadores dos Últimos Dias, podiam chegar a qualquer momento e Carlos Magno, alem de outros logo iriam aparecer. Impostores podem chegar a ter poderes consideráveis como o campones bourguinhão que passando-se por Balduino, reúne tropas apossando-se de Flandres. A exaltação dos flagelantes por vezes levou a distúrbios, como aconteceu na sua passagem da Itália para a Alemanha e Flandres. O milenarismo igualitário, é apontado em dois movimentos importantes: no levante taborita na Boêmia, movimento de grande amplitude e duração e na revolta camponesa na Inglaterra (1381), exemplo este apontado como obedecendo também à terceira classificação.

A influência da mobilidade social nos levantes, procura dar o papel de burguesia nascente nos levantes, mostrando ainda o papel da antiga nobreza no manobrar diversos partidos. Nas revoltas de diferentes profissões, a dos açougueiros de Paris é apontada, e como isso foi feito a Simon Caboche pelo duque de Bourgonne, contra os Armagnacs, que depois organizam dura repressão .

O papel da conjuntura nos levantes camponeses e urbanos, é apontado no primeiro caso por quatro exemplos: Flandres marítima, (1323-1328), a jacquerie, aliás pelo autor relacionada a Etienne Marcel (1358), Inglaterra (1381) e Aragão (1346-1350).

No segundo caso os exemplos são mais frequentes, mas tratados com bem menos profundidade, com exceção dos Ciompi em Florença (1378) e França (1378-1383).

Como conclusão geral, Fourquin aponta dificuldades no estabelecimento da Problemática, devido a problemas teóricos ligados a psicanálise, psicologia das multidões, etc. Por outro lado a tipologia ressent-se da falta de espaço, não tendo sido citados importantes movimentos. No entanto, Fourquin justifica-se demonstrando a amplitude de sua classificação com o exemplo Escandinavo, com revoltas camponesas ligadas a conjuntura, no caso problemas fiscais. É ainda evocada a distinção entre períodos orgânicos e críticos, de Saint-Simon, reinventada por Comte, Marx, Nietzsche, Durkheim, etc. e aponta a dificuldade de sua aplicação na Idade Média, devido a não corresponder a um período de transição, dando-o como orgânico. Devido a não ter havido sintomas de dissolução social, mesmo no fim da Idade Média, não foi empregado o termo *massa*: "a hora das massas só poderia soar como a destruição das sociedades de Ordens".

CLÉA GOLDMAN.

* *
*

VERGER (Jacques). — *Les universités au moyen âge*. Paris, Presses Universitaires, 1973. Collection SUP — L'Historien. 214 páginas — 1 volume 1/16 (10 x 23 cm.).

Outro volume da Coleção SUP, série *L'Historien*, desta vez tendo por autor Jacques Verger, professor assistente da Universidade de Nancy. A obra em linhas gerais pretende estudar o funcionamento da instituição universitária intelectual, das ligações entre universidades medievais e sociedade de seu tempo.

Na introdução, o autor considera que a história das universidades não deve ser separada do conjunto da história social. O conhecimento das universidades como instituições vivas e grupos humanos poderá por sua vez esclarecer a história das idéias.

A obra se divide em duas partes: Origem e afirmação das universidades, de um lado e, o fim da Idade Média (séculos XIV e XV, declínio ou transformação), de outro, ambas com três capítulos.

Na primeira parte o autor fala sobre as escolas do ocidente no começo do século e chama a atenção para o "renascimento" deste mesmo século, acentuando o desenvolvimento urbano e o crescimento demográfico geral do Ocidente. Procura dar idéias sobre as primeiras Universidades: Paris, Bolonha, estabelecendo distinção entre universidades espontâneas e universidades criadas. Entretanto, é nos centros mais importantes que correspondem às universidades de Paris, Bolonha e Oxford que o autor concentra sua atenção para estudar a organização dos problemas internos.

Quanto as universidades como corporações o fenômeno universitário se apresenta através da Europa como uma notável unidade devido a ação do papado, estabelecendo o que se compreende por *studium e universitas*. As faculdades eram sobretudo divisões administrativas do *studium*. As nações eram outra subdivisão importante das universidades, e reuniam-se mais diretamente que as faculdades ao aspecto propriamente corporativo das universidades.

O reitor aparece como verdadeiro chefe da corporação universitária e seus poderes são bastante amplos.

No século XIII as universidades apresentavam características diversas procurando manter dois traços essenciais: a defesa do privilégio universitário e a organização de trabalho.

Os programas são mais ou menos conhecidos conforme a universidade.

Os aspectos sociais são os menos conhecidos na história das universidades do século XIII por terem interessado mais aos estudiosos de direito ou de filosofia do que aos historiadores, contribuindo ainda para isso a documentação insuficiente.

O papado tentou afirmar sua jurisdição sobre as universidades ao mesmo tempo em que encorajava seu desenvolvimento, considerando-as como instituições a serviço da Santa Sé, daí decorrendo seu envolvimento nos conflitos internos da igreja, agravados pela falta de quadros competentes em uma Europa de população que cresce. Em particular aumenta a necessidade de controle das

diversas ordens e os riscos de heresias se multiplicavam. Em 1286 o arcebispo de Bruges dizia aos parisienses:

"O que nós somos hoje vós o sereis amanhã. Eu não creio com efeito, que haja hoje um prelado entre nós, que não tenha saído desta universidade".

Na segunda parte o autor estabelece relações maiores entre universidades e sociedade, abordando os fatores do declínio e salientando que na sociedade de seu tempo, o papel das mesmas não foi menor.

As mudanças sociais provocaram o aumento do número de laicos nas universidades italianas e do *Midi*. Os clérigos que se formavam nas faculdades de teologia eram pouco numerosos e pertenciam em sua maioria às ordens mendicantes.

A teologia do século XIII era estritamente agustiniana em Oxford e tomista em Paris. Enquanto que as faculdades de teologia do século XIV viram nascer doutrinas novas, a mais original das quais foi a de Guillaume d'Occam (1300-1349). Em Paris no século XV os ocamistas representavam a *via moderna* em teologia concorrendo abertamente com os tomistas. O aspecto mais importante do ocamismo foi sua função crítica. Os teologistas do século XIV criticam violentamente as estruturas eclesiásticas. As universidades desempenham papel importante nos concílios, destacando-se Jean Charles de Gerson (1363-1429) "o espelho de seu tempo".

Quanto aos juristas são imponentes para a missão espiritual e boa gestão da Igreja — os padres devem ter a mentalidade de um jurista e não de um teólogo, o que contribuiu para o desenvolvimento das faculdades de direito. São citadas cifras relativas ao número de graduados e a porcentagem dos que se colocaram a serviço da Igreja.

No que concerne às relações entre as universidades e os Estados percebemos que os soberanos estão conscientes da influência e do papel das universidades. Nos séculos XIV e XV a concepção das relações entre universidades e Estados transformam-se e os príncipes favorecem a criação de universidades atendendo às necessidades de pessoal graduado, isto facilitava o acesso aos serviços do rei atraindo muitos da pequena nobreza e da burguesia.

Os universitários não se contentaram simplesmente de serem servidores do Estado, procuram participar do exercício do poder com a participação dos graduados nos governos municipais. Esta atitude se encontra na obra de Marsílio de Pádua, Guilherme de Occam, Wicliff que criticam o papado e as instituições eclesiásticas através de uma definição do Estado laico e suas prerrogativas.

Se o papel das universidades no fim da Idade Média foi limitado, foi contudo suficiente para convencer os governantes de controlarem estreitamente sua autonomia.

Reafirmando que é importante estudar o papel da universidade no processo social de sua época menciona o autor o número de pobres e de ricos que frequentavam as universidades, chamando a atenção de que mesmo os mestres não passavam de operários intelectuais. Mas não deixava de existir o fechamento social das universidades com a exclusão dos pobres, embora essa exclusão não fosse completa.

Concluindo, não deixando de chamar a atenção sobre os problemas pendentes, o autor refere-se à passagem de aproximadamente três séculos com conclusões frequentemente provisórias.

O relacionamento da universidade com o conjunto da sociedade quanto à organização deverá ser estudado, procurando saber o papel desempenhado pelas universidades e os universitários nas sociedades medievais. A "política universitária" não sendo claramente definida, o uso que da universidade faziam os diferentes poderes e grupos, seria esclarecedor. A composição social e geográfica não bastava, necessitando de informações suplementares. O "trabalho intelectual" seria, apesar de incompleto, o grande projeto da universidade medieval. A sequência linear (aparecimento, apogeu, declínio) não parece oportuna para explicar a universidade medieval, pois as universidades do fim da Idade Média não devem ser vistas como réplicas decadentes das de grande época, sendo mais justo falar-se de novas funções do que de declínio, nos séculos XIV e XV.

CLÉA GOLDMAN.

* *
*

WATT (W. Montgomery). — *Historia de la España islámica*, trad. José Elizalde, Madrid, Ed. Alianza, (c. 1970), 211 p., in 8° (18 x 11), 2 mapas.

O historiador britânico Montgomery Watt é um especialista em questões islâmicas, com várias obras publicadas sobre o tema, tais como, *Islam and the integration of society* (1961), *Islamic philosophy and theology* (1926) e *Muslim intellectual* (1963) entre outras.

O título original da presente obra é *A history of islamic Spain*, sendo editada pela primeira vez em 1965. De início convem frisar que contou com a colaboração do Dr. Pierre Cachia para o desenvolvimento das partes referentes à história literária. Aliás, tal colaboração está registrada logo na página de rosto, e é um lembrete bastante pertinente, pois, o pequeno volume de Watt é, sobretudo, um livro de história cultural, sendo a literatura manifestação assaz significativa da cultura de Al-Andalus (Espanha muçulmana). Entretanto, o autor não omite, embora o faça sucintamente, acontecimentos políticos, com o propósito de dar uma dimensão espaço-temporal ao texto.

O livro de Watt é breve, mas bastante completo na abordagem cultural. Na introdução, o autor expõe toda a problemática, que gira em torno de três enfoques principais: a Espanha islâmica considerada em si mesma; a Espanha islâmica considerada como uma parte do mundo islâmico; a Espanha islâmica em contacto com seus vizinhos europeus. Depois de dez capítulos trabalhados diacronicamente, surge o 11º e último, dividido em três itens, cada qual retomando os problemas apresentados na parte introdutória, e onde o autor sintetiza as respostas já esmiuçadas no decorrer do texto, mas deixando várias questões em aberto para futuros trabalhos.

Como já foi insinuado logo acima, os capítulos da *Historia de la España islámica* perpassam diante do leitor em ordem cronológica, principiando com a expansão muçulmana que, conforme palavras do autor,

"No fue en ningún momento un fenómeno puramente religioso, sino también, al menos en parte, un instrumento político" (p. 12).

Solução vislumbrada por Maomé para resolver problemas inerentes ao nomadismo das tribos árabes. E assim nós temos, subsequentemente, uma rápida descrição do avanço do Islã pelo Norte da África e da ocupação da Península Ibérica, em parte facilitada pelas dissensões existentes na dinastia visigótica.

Continuando, Watt nos dá a organização administrativa, social e política da Província de Al-Andalus, nos moldes daquilo que os árabes já haviam feito em outras regiões, mas salientando que, na Península Ibérica, dado seu afastamento do Califado de Damasco e o forte entrosamento entre ocupantes e ocupados, forjou-se uma sociedade particularíssima, muito menos islâmica que árabe. Verdadeiramente, o autor só começa a expor cultura de modo mais sistemático quando se refere à instalação do Emirado e do Califado de Córdoba, depois de explicar-nos seu embasamento sócio-político-econômico. É notável, e isso por todo o volume, a sucessão de nomes de autores e títulos de obras, muitas delas com ligeiros comentários, dos mais variados assuntos: religião, leis, ciência, literatura, filosofia, história, etc. Vale por uma lista completíssima de tudo que se escreveu em língua árabe na Península.

O autor dá prosseguimento ao seu trabalho, abordando o enfraquecimento do poderio omíada e o consequente fortalecimento de "mordomos de palácio", destacando-se entre estes últimos o célebre Al-Mansur (978-1002), o qual pretendeu introduzir uma dinastia de administradores, os "Amiridas", paralela à dos califas. Não o conseguindo, só fez aumentar ainda mais a confusão política, que terminou por desencadear um processo de descentralização, com a consequente implantação do que chamamos "reinos de taifas": pequenos principados e reinos independentes politicamente do califa de Córdoba. Depois de expor-nos as possíveis causas desse processo, passa a analisar a constituição desses pequenos Estados — duraram aproximadamente cem anos — ao mesmo tempo afirmando que, para Al-Andalus é o princípio do fim do período arabizante.

te, para dar lugar à predominância propriamente islâmica, junto com uma pequena expansão: característica dos períodos "Almorávida" (c. 1120-1145) e "Almohada" (1171-1223) de fundamentos bérberes, mais ortodoxos. Após eles, ocorre o recrudescimento da Reconquista cristã, finalmente confinado o Estado islâmico no Sudeste espanhol com o pequeno reino de Granada no segundo quartel do século XIII.

O capítulo seguinte, o 9º, é deveras interessante. Trata exclusivamente da cultura nesse período de conturbada política. Seu título é bastante sugestivo: "El auge cultural en el período de decadencia política". De acordo com as afirmações de Watt, nunca Al-Andalus foi mais pródigo em manifestações literárias, artísticas e científicas. E explica: os chefes dos pequenos Estados adotaram uma atitude de mecenas, atraindo para suas cortes, não só cultos muçulmanos, como também judeus e cristãos. Com espírito emulativo, cada qual tudo fazia para suplantar seus vizinhos. Assim nós tivemos um período esplendoroso, de grande riqueza cultural, e que muito influiu no desenvolvimento da Europa Ocidental cristã.

No capítulo dez, o auto trata do fim da Espanha islâmica: fim de sua existência política em 1492 e da situação dos mulçumanos sob domínio cristão. Este último item nos surpreende ao inteirarmo-nos que, grande número de mouros — era como nessa altura eram chamados — continuaram vivendo na Península sob a imposição de um batismo forçado, que teria quarenta anos para ser totalmente cumprida. Esta lei foi renovada algumas vezes, em vista do elemento mudejárabe jamais deixar de sentir-se islâmico, conservando ocultamente suas crenças. Os últimos recalitrantes foram expulsos no primeiro quartel do século XVII! Como fecho deste capítulo, o autor apresenta uma síntese da literatura do período granadino, definindo-o como mero epílogo de grandezas passadas, salvaguardando porem, a arte, que, segundo ele, conservou sua pureza até o século XV, exemplificada com o magnífico palácio mourisco do Alhambra.

Do derradeiro capítulo já tivemos ocasião de falar no início desta resenha. O volume termina com bibliografia (comentada) e notas, as quais são um complemento bibliográfico, pois, novos autores e títulos aparecem.

Em suma, o livro de Montgomery Watt é de leitura agradável e fácil, alcançando plenamente seus objetivos. Mais, proporciona ao leitor uma boa compreensão da cultura desenvolvida em Al-Andalus, povoando a imaginação do mesmo com inúmeras indagações. Fato sem dúvida animador, já que, delas partindo, novos trabalhos poderão surgir para melhor elucidação de tão interessante assunto.

SARA OZORES VALLEJO

* * *

*

BARTHA (A.) — *A Sociedade Húngara nos séculos IX e X* (em inglês). *Akadémiai Kiadó*. Publishing House of the Hungarian Academy of Sciences. Budapest. Coleção "Studia historica Scientiarum Hungaricae". Vol. 85. 17 x 25 cm. 200 pp.

Os dois séculos referidos no título são tradicionalmente chamados "o período negro da história da humanidade" devido precisamente aos acontecimentos austeros que determinaram o caráter deste período. Não obstante os adjetivos pejorativos foi, entretanto, nestes anos que o desenvolvimento étnico, que ainda, domina o palco europeu, teve lugar.

No livro de A. Bartha o leitor familiariza-se com um mundo colorido de Eslavos, Khazares, Bulgaros-Turcos, Normandos, Alanos e Húngaros e vislumbra as curiosas figuras dos mercadores espertos, dos missionários fanáticos e dos sagazes agentes políticos do tempo.

O autor examina este período crítico do desenvolvimento étnico húngaro no contexto da história universal, abordando questões da seguinte natureza:

— Quais foram as consequências do modo de vida agrícola e pastoral do leste europeu na evolução da nação húngara?

— que fatos e fenômenos relacionados com a história do leste europeu podem ser avaliados do ponto de vista do desenvolvimento étnico húngaro?

— quais eram as causas por baixo do tumulto universal da época?

— quais foram as tradições que os húngaros herdaram do leste europeu?

— como os húngaros se estabeleceram na bacia do Danúbio?

— a organização política húngara perdeu-se depois deles conquistarem a Hungria?

— que impacto a conquista húngara provocou nos vizinhos eslavos?

— quais foram as consequências das suas incursões políticas no futuro desenvolvimento da nação?

O livro é uma prova convincente da antiga verdade que a descrição dos acontecimentos históricos é, algumas vezes, mais fascinante que qualquer narração imaginária.

A esfera dos interesses estende-se aos campos da História, Arqueologia, Etnografia, História Literária, História da Arte e da História da Civilização em geral.

Contem:

Capítulo I — O Leste Europeu nos séculos IX e X.

Capítulo II — As tribos húngaras no século IX.

Capítulo III — Da confederação tribal à comunidade de estado.

E.S.P.

* * *

*

CASTRO (Armando). — *Portugal na Europa do seu tempo. História socio-econômica medieval comparada*. Lisboa, Seara Nova, col. Argumentos, n.º 4, 1970 (413 páginas, 19 x 12 cm.) . 2 mapas em encartes.

O A. que se tornou bastante conhecido com *A Evolução Econômica de Portugal dos séculos XII a XV* — alentada obra em onze volumes, nove dos quais foram publicados pela Portugália Editora, Lisboa, entre os anos de 1964 e 1969 — apareceu em 1970, com esta obra de síntese que, conforme explicita na Introdução e o comprovam as constantes referências, apoia-se fartamente na pesquisa levada a efeito para aquela. A inovação desta é o aspecto comparativo:

"Trata-se, como o título revela, de um estudo de história socio-econômica comparada, tomando como centro de referência Portugal, a partir do qual se tenta um cotejo geral com o mundo do seu tempo ou antes — caso queiramos ser mais precisos — com os países da Europa medieval" (p. 9).

A obra se divide em três capítulos com muitos subtítulos e se acresce de quatro apêndices. No capítulo I "As forças produtivas materiais da Idade Média européia", estima-se inicialmente a população da Europa medieval antes e depois da Peste Negra. Assim, o território que viria a ser Portugal teria, em meados do século XII, uma população que não chegaria a meio milhão de pessoas e no primeiro quartel do século XV, pouco excederia a meio milhão, numa área inferior a 89.000 quilômetros quadrados. Não se estende nestes cálculos de população devido ao método impressionista a que se sentiria o A. obrigado pela carência quase absoluta de dados informativos. A seguir, examina-se o principal setor da atividade produtiva medieval: a agricultura. O aproveitamento das forças da natureza foi um fenômeno continental. No que diz respeito à península ibérica especificamente, menciona-se o aprimoramento árabe difundido durante a dominação: a substituição da força humana pelos bois para puxar o arado, os processos de irrigação, a foice, a foicinha, assim como o sistema moageiro das azenhas. Nos fins do século XIV, conseguiu-se na Beira, em Portugal, uma média da ordem de 4 a 4,5 grãos por semente de trigo; em outros casos, excepcionais, de 8 a 13, mas já no século XV. Comparativamente, a produtividade portuguesa não estava aquém da de outros países do continente. Outros setores, alguns dos quais decorrentes da atividade agrícola são examinados no final do capítulo, como o surgimento de profissões diferenciadas: especialistas na enxerfia e poda das vinhas e de árvores frutíferas, também, as profissões de ferreiro, carpinteiro e alfaiate são mencionadas. Verifica-se como Portugal foi um constante importador dos centros manufatureiros de têxteis de Flandres, Tournay, Ypres, Chartres, Valenciennes, Bruges, Monteiról, Vernoy e, inclusive, Irlanda. É dada mesmo uma descrição do tear medieval.

No capítulo II, "A organização dominial e a estrutura interna dos domínios", parte-se do princípio de que os domínios eram a expressão das relações sociais em que se assentava toda a estrutura econômica e social do modo de produção, (p. 78). Os três tipos de domínios fundamentalmente havidos em Portugal foram: as "honras", os "coutos" e as terras isentas de fato. Nota-se que além do fundo dominial da coroa, conforme a variação do domínio, gozavam de maiores regalias os fidalgos e os organismos religiosos. Comprova-se que a revolução burguesa de 1383-1385, embora tenha garantido certas conquistas, aliás temporárias, não destruiu de todo as estruturas feudais. É colocada a situação da *terra indomnicata* e, em seguida, conceituam-se os alódios

"exploração absolutamente livre, sobre a qual nenhum superior tinha direitos, que não devia deveres (*sic*) ou serviços a ninguém, cuja posse não envolvia obediência ou prestação de lealdade a qualquer indivíduo" (p. 106).

Estabelecidos estes conceitos, seguem-se comparações do fenômeno dominial e o exame das variações ao nível de cada coletividade diferenciada. Para tanto, revêem-se as posições de reis, nobreza e clero, as reservas indomnicadas e a exploração dominial através de famílias dependentes. Relata-se a divisão da terra arável entre as famílias camponesas que trabalhavam pagando uma renda ao senhor respectivo, além daquelas que deviam a quem detivesse o dominialidade direta, tal qual se deu com a dízima eclesiástica, sendo estas famílias sujeitas ao poder dos possuidores do domínio onde nasciam, viviam e morriam. Esta exploração da terra, tanto quanto das famílias camponesas também foi o uso consagrado pelo continente todo, com as denominações de *casal* (Portugal, França e outros países), *hufe* (Alemanha) e *hide* (Inglaterra).

Estas observações nos conduzem ao estudo das relações de dependência de que se ocupa o capítulo III. Muito elucidador destas relações é o mapa colocado em encarte à página 209, o qual mostra que a escravidão mais acentuada no oriente europeu era porém, prática difundida por todo o continente; a servidão de gleba também dominava o oriente europeu; a servidão de gleba atenuada atingia sobretudo a Catalunha, a Provença, a Borgonha e regiões esparsas do norte, centro e sul; a liberdade pessoal com limitações variáveis, tanto materiais quanto econômicas, entre outras regiões, se constituía como predominante na Irlanda, no norte da Inglaterra, em Essex, Suffolk, Norfolk, Gasconha, Bretanha, norte da Itália e, por fim, a liberdade pessoal com restrições mais ligeiras existia sobretudo no ocidente europeu, genericamente em regiões não mencionadas nas descrições anteriores.

As relações de dependência eram geradas pelas peculiaridades do modo de produção feudal. O A. avalia como exata a análise de Marx sobre a transformação das relações feudais em capitalistas. Em Portugal, documenta o A.,

"a carta de foro do ano de 1183 dos moradores de Mira (Santa Maria de Mira), um domínio do poderoso mosteiro de Santa Cruz de Coimbra" (p. 223)

já refere a existência de assalariados.

Em número de quatro, os apêndices apresentam: I. — Sumário dos onze volumes de *A Evolução Econômica de Portugal dos séculos XII a XV*; II. — índice de autores cuja auto idade justifica por si a seriedade do trabalho; III. — índice geográfico; IV. — índice por assuntos. O índice do próprio livro precede a Introdução.

Este livro, embora suponha a necessidade do conhecimento dos onze volumes do mesmo A., enquanto síntese de informações e organização metódica das mesmas se impõe pelo aspecto comparativo em que inova a historiografia socio-econômica medieval.

HEITOR MEGALE.

* *
*

Histoire de L'Université de Paris. Chancellerie des Universités de Paris. Capa: Vasarely — Serigrafia — 164 páginas (21,5 x 25 cm.). Paris, 1973.

A presente publicação foi motivada pela exposição comemorativa sobre a Universidade de Paris. A organização desta exposição foi confiada a Mane Louise Marchand Thebault, encarregada dos Arquivos Nacionais, autora também das notas de número 1 a 478, devendo-se à Paule René-Bazin, também encarregada do citado arquivo os de número 479 a 619.

Através de um processo cronológico reúne várias ilustrações; documentos, manuscritos, retratos, cartazes, selos, etc. A obra divide-se em quatro capítulos; o primeiro, Universidade na Idade Média, o segundo, Universidade do século XVI ao XVIII, o terceiro, os tempos modernos e o quarto, os edifícios da Sorbonne. Quanto ao prefácio Robert Mallet, Reitor da Academia, Chanceler das Universidades de Paris, sintetizou idéias resumindo o histórico da Universidade.

No capítulo I encontramos vários comentários dos exemplares originais, de documentos importantes como o diploma original de Filipe-Augusto concedendo aos estudantes seus primeiras privilégios, bula de Inocêncio IV relativa aos alojamentos dos escolares, consulta dada à Filipe-o-Belo pela Faculdade de Teologia relativa aos Templários.

Na Universidade do século XVI ao XVIII, focalizada no capítulo II, surgem distorções entre as faculdades. O edito de Luiz XIV regulamentando estudos do direito canônico e civil (figura 63) à Faculdade de Direito.

A Faculdade de Medicina foi mencionada pela primeira vez no século XIII, devido aos comentários foi possível escrever sua história em detalhes desde 1397 até 1788. São apontadas as rivalidades entre médicos, cirurgiões e boticários e reproduzidas as cartas patentes de 1788 (figura 84) reconhecendo a interdependência das três profissões, prevendo a organização dos estudos de medicina e de farmácia, no início do século XIX. Os colégios, originados nos alojamentos próximo à Universidade: Colégio de Robert Sorbon, Colégio de Navarre, Colégio Mazarino; as Ordens regulares que se instalaram no Quartier Latin. Faz-se referência aos mensageiros que se tornaram indispensáveis, devido ao afluxo a Paris de estudantes estrangeiros, o que provocou a organização em "Nações". Instalados no interior das Universidades, os mensageiros eram considerados como subordinados aos que prestavam serviços.

Nos tempos modernos objeto do capítulo III, a Universidade de Paris preparou-se em 1789 para desempenhar um papel político frente aos Estados Gerais, sendo, porém, afetada por algumas medidas da Assembléia Nacional, como o decreto de 2 de novembro de 1789, colocando os bens da Igreja à disposição da Nação: na realidade esta medida, por parte da Universidade, necessitava de longas operações contábeis.

Professores emigram, alunos são chamados às armas, os locais universitários se transformam em prisões ou casernas. Medidas foram tomadas na Segunda República e Segundo Império (carta de Pasteur — figura 267), com relação a Faculdade de Farmácia, oficializada por ordenança real de 27 de setembro de 1840.

Procura a obra chamar a atenção sobre Louis Liard e o renascimento da universidade, a sua ação e o seu dinamismo como reitor (1870-1914) e também dar uma idéia sobre a vida dos estudantes com relação às manifestações, concertos, festas de "Mi-Careme", etc.

Após a primeira guerra mundial citam-se as tentativas de promover entendimentos, aproximando os jovens dos diferentes países, representando um passo nesse sentido a fundação da cidade universitária.

Coma apresentação, no capítulo IV, dos edifícios da Universidade de Paris, finalizando com comentários sobre o colégio de Robert de Sorbon, com um rápido retrospecto até época atual, acompanhando de um quadro cronológico.

Concluindo: a obra, embora superficial, dado seu caráter comemorativo, é sugestiva para o historiador, mercê da evocação de documentos significativos e da reprodução de textos e obras de arte alusivas a Universidade de Paris.

CLÉA GOLDMAN.

* * *

*

Decreta regni Hungarie — 1301-1457 (Compilado por F. Döry, notas por Gy. Bónis e Veronika Bácskai). (Publicationes archivi nationalis Hungarici II. Fontes). Em latim e alemão. Budapest. Akadémiai Kiadó. 480 pp.

Este volume é a primeira edição crítica moderna dos estatutos húngaros entre 1301-1457. A introdução delinea a formação do conceito de estatuto, os métodos variados de legislação. A parte introdutória de cada estatuto descreve as circunstâncias da origem da lei em foco, sua data exata, conteúdo e estrutura. Também focaliza a rejeição ou aceite da lei no caso. A importância do volume aumenta devido ao fato de tratar de informações pouco conhecidas e não publicadas anteriormente, tais como os primeiros estatutos da jurisdição das cortes feudais em 1328, e da série de estatutos regulando o movimento dos servos, desde 1397. O Apêndice contém uma coleção de normas legais por volta de 1300 e que até ainda hoje são debatidas e do chamado *Siena Registrum* que dá detalhadamente as regras referentes à guerra.

E.S.P.

* *
*

RISCO (Vicente). — *Historia de Galicia*, 2.ª ed., Vigo, Ed. Galaxia, 1971, 1ª ed. 1952), 265 p., in 8º (18 x 11,5), 2 mapas.

Obras gerais sobre Galicia existem poucas; mesmo assim de séculos passados, algumas incompletas e outras sem publicar. Destarte, a *Historia de Galicia* de Vicente Risco teve acolhida bastante favorável, pois era uma obra que se tornava, já, necessária. Ela está composta de treze capítulos com dois mapas inclusos, precedidos de uma breve advertência do autor sobre o caráter e o intuito da obra, qual seja, apresentar de maneira objetiva e simples o material que compõe a história galega, se bem que, por vezes omita a objetividade fazendo sobressair um leve traço apologético. Ao final, ele nos fornece uma bibliografia por épocas, comentada, parte importante do volume em vista das informações sobre fontes, mormente para as épocas pré-romana, romana e alta Idade Média.

Este livro de Vicente Risco tem um caráter estritamente informativo, estando praticamente isento de interpretações. Por outro lado, inexistem totalmente notas de rodapé; mas o autor cita, constantemente, as fontes, transcrevendo-lhes alguns trechos mais significativos.

O autor dedica os dois primeiros capítulos à época pré-romana, com uma breve passagem pela Pré-História, e detendo-se mais com a invasão e assentamento dos Celtas e sua Cultura de Hallstaff, caracterizada, na Galicia, como Cultura Norte dos Castros dada a proliferação de "citanias" e "castros", locais fortificados com ou sem habitações.

No capítulo seguinte, o autor nos fala da difícil conquista romana, finalmente conseguida na época de Otávio Augusto; mas salienta que permaneceu intacto o fundo étnico e o "espírito do povo galego". Expõe, de modo sucinto, o processo de romanização e o início de uma aristocracia agrária, celta, já que aos dominados foi-lhes deixada a posse dos campos mediante o *census*.

Continuando, Vicente Risco nos apresenta a implantação da religião cristã e das poucas heresias que lá proliferaram, sendo a mais difundida a doutrina de Prisciliano, galego de origem. Trata, também, do Apóstolo Tiago, o Maior, detalhando as origens da devoção ao Santo e a importância da Igreja Católica na Galícia, que persistiu mesmo com os Suevos, arianos. Aliás, o substrato étnico e cultural conservou-se mais ou menos independente durante a época sueva, e bastante influente, tanto assim que, com a conversão do rei Charrarico (c. 559) à fé romana, toda a Galícia era católica, e bem antes da Espanha visigótica. O reino suevo durou até a anexação ao reino visigodo levada a efeito por Leovigildo (c. 585); mas, mesmo assim, diz o autor, a Galícia conservou suas leis, costumes e todo o regime anterior. A era suevo-visigótica — séculos V a VIII — é terminada enfocando-se a situação da Igreja, da Literatura e das Artes, com destaque para as figuras de São Martinho de Braga; de Idácio, Bispo de Chaves; e do bracarense Paulo Orósio.

Já no capítulo VI, Risco aborda a invasão muçulmana, salientando que, os árabes desmantelaram o reino visigodo, mas que a Galícia apenas sentiu a geral inquietação, salvo a *razia* levada a efeito por Al Mansur em 997, quando Santiago foi destruída. O Noroeste ibérico acolheu muitos refugiados, e teria permanecido independente até Afonso II-o-Casto (759-842). O autor cita López Ferreiro para evocar um problema histórico: A Galícia teria possuído reis independentes até esta data? Ou teria, como aconteceu depois de Afonso II, reis associados, nas pessoas dos herdeiros do trono leonês? O autor continua mencionando as invasões normandas, muito mais destruidoras que as invasões sarracenas; e termina, expondo a vida galega nesse tempo, salientando que, foi depois da anexação asturo-leonesa que teve início a influência de uma cultura estritamente visigótica e surgiram os alicerces de uma forte sociedade feudal, a qual, apesar das lutas constantes pelo governo local, conseguiu animar vigorosas manifestações culturais e artísticas, contexto este que facilitou a proliferação de mosteiros beneditinos, responsáveis pela introdução da Galícia no conjunto da civilização europeia.

Nos capítulos VII e VIII, Vicente Risco trata dos séculos XI e XII, os quais podem ser definidos como "A era compostelana", título que o autor dá ao primeiro deles. Aparecem figuras de ilustres bispos, como D. Crescônio, D. Diego Peláez e D. Gelmírez, os quais agregavam aos encargos eclesiásticos uma forte participação na política e na cultura.

É também por essa época que temos o primeiro rei reconhecido como tal: D. Garcia, filho mais moço de Fernando I que lhe havia destinado a

Galícia como herança. Várias injunções políticas levaram os galegos a coroar e ungir D. García em Compostela; fato este que motivou uma série de atividades bélicas de extrema complexidade, que perduraram por todo o período. Vicente Risco é demasiado confuso no tratamento destas questões. A excessiva colocação de nomes e a falta de melhores explicações torna a identificação das personagens difícil, que dizer, então, da compreensão.

A clareza retorna quando apresenta Compostela como uma espécie de capital religiosa da Europa Ocidental. Exalta-lhe as qualidades e fala das peregrinações, que se faziam principalmente pelo "caminho francês". Afirma o autor:

Por este caminho chegaram a nós as influências européias e chegaram à França as influências compostelanas. Ao longo de suas paradas nasceram as lendas épicas do ciclo carolíngio, de Carlos Magno, Roncesvales, a conquista da Espanha, os Doze Pares, talvez a do Santo Graal, narrações hagiográficas, crenças e costumes, estilos arquitetônicos e escultóricos, livros e cânticos, idéias e aspirações. O caminho francês foi a via da mais importante corrente vital daqueles séculos" (p. 135).

Nesses tempos, acrescenta o autor, a sociedade era feudal; mas, concomitantemente, nascia nas cidades, especialmente em Santiago de Compostela, uma vida política conduzida pelas necessidades de uma nova classe que se afirmava — a burguesia. Mais adiante fala-nos da supremacia dos clunisianos na Galícia dessa época; da Literatura, de influência provençal; e da Arte, cujo exemplo máximo se encontra na reconstrução da Catedral de Compostela,

"... criação original do gênio galego, que reuniu influências européias e orientais, exercendo sugestão poderosa pelos caminhos da peregrinação" (p. 143).

Vicente Risco aborda, a seguir, dedicando-lhe dois capítulos, o 9º e o 10º, a Grande Revolução Comunal. Para o autor, as reivindicações e lutas comunais praticamente se concentraram contra os senhorios eclesiásticos; de início apresentando-se em forma pacífica com disputas em juízo, salvo um que outro episódio mais violento. As lutas agravaram-se no século XIV, ainda mais que a Galícia viu-se seriamente envolvida na guerra civil provocada pela sucessão de Afonso XI. Como sempre o autor é confuso; mas percebe-se a anarquia que reinava na Galícia, quando alguns galegos chegaram a aceitar como reis a Fernando de Portugal e ao Duque de Lancaster, sucessivamente. Aliás, Risco traça o seguinte comentário dos intrincados acontecimentos, que vem justificar a nebulosidade de sua exposição:

"... é absolutamente impossível traçar um quadro coerente deles" (p. 173).

O autor acrescenta a estes capítulos, o grande momento da poesia lírica galega no século XIII, com o idioma popular ganhando a preferência da "gente de qualidade"; a chegada das Ordens Mendicantes; e nas Artes, apontando um período de transição para o gótico, que terá pleno desenvolvimento no século XIV. Referindo-se à parte econômica, por sinal uma das poucas vezes, o autor diz que, apesar dos transtornos vários portos galegos enriqueciam-se com o comércio exterior, freqüentados por navios de diversas nacionalidades, que carregavam peixe salgado, vinhos, tecidos, gado vacum e cavalos. Ali se instalaram colônias de mercadores, principalmente genoveses e flamengos, ao mesmo tempo que os portos galegos mantinham feitorias em várias cidades da Europa.

Prossegue o autor dizendo-nos que as lutas continuam por todo o século XV, desta feita tomando um aspecto mais organizado com as Guerras das Irmandades, englobando o elemento cidadão, vilões e camponeses guiados por chefes competentes. A primeira foi formada em 1431; a segunda em 1465, aderindo a ela alguns nobres e prelados. Esta última foi mais poderosa que a anterior e é chamada a "Grande Guerra Hermandina". Ante sua fúria destruidora fugiram os senhores de Galicia, deixando-a sob o domínio da Irmandade. Ambas as sublevações foram sufocadas somente com o esforço conjunto dos senhores que, mais soberbos ainda, vingaram-se terrivelmente, além de voltarem a suas guerras privadas ou partidárias.

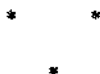
Conta-nos Vicente Risco que a situação só se acalmou com a firme intervenção dos reis católicos Fernando e Isabel, que procuraram sanear a Igreja e a Justiça e tornar submissa a belicosa nobreza. Sérias medidas de repressão e sufocamento conduziram a Galicia, paulatinamente, ao obscurecimento dentro do contexto hispânico, inclusive perdendo o voto em cortes, o qual somente foi devolvido em 1623 por Filipe IV. Aos séculos XVI, XVII e XVIII, nosso autor denomina-os "Época Barroca", e só apresentam, de positivo, a fundação e o pronto êxito da Universidade de Compostela (século XVI), e a formação, talvez em parte devida aos ressentimentos pelo abandono oficial, de um forte espírito regionalista, cioso do prestígio e das glórias do passado, que irá cristalizar-se no século XIX com a oposição ferrenha às hostes napoleônicas, por fim expulsas de Galicia em junho de 1809; vai transparecer na resistência à Constituição de 1812, pretendendo um governo soberano, e no envolvimento nas lutas carlistas; e vai extravasar-se na adoção entusiasta do Romantismo, que levou à valoração da história e das antiguidades galegas. Nestas condições, a Galicia acolhia com prazer as idéias liberais, fundamento das revoluções de 1846, 1868 e 1872.

Para o autor, até a restauração que se seguiu ao levante de 1872, o regionalismo galego foi um movimento puramente teórico e literário. Ele não crê que se possa atribuir um caráter regionalista a alguns movimentos liberais. O que houve, sim, foi a adesão dos regionalistas galegos a esses movimentos .

Como fecho de seu livro, Risco aborda a imigração galega e a reprodução em terras de outros da organização social e modo de viver que mantinham em sua pátria.

A *História de Galicia* de Vicente Risco tem muitos defeitos, alguns já apontados. É uma obra quase que inteiramente factual. Contudo, não se lhe pode negar uma certa utilidade para os iniciantes de um estudo sobre história galega, pois é dada, embora um pouco atabalhoadamente, noção de fatos e situações, que acabam por permitir se forme uma idéia da história movimentada do povo que vive no Noroeste da Península Ibérica.

SARA OZORES VALLEJO.



NAMER (Émile). — *L'affaire Galilée*. Collection Archives. Editora Gallimard. Paris. 1975.

Neste livro, o autor se propõe a apresentar de maneira objetiva, o desenrolar do processo sofrido por Galileu. Assunto já extensamente tratado, mas que ganha uma conotação nova pela preocupação do autor de acentuar que na verdade o caso Galileu foi o caso de galileistas, ultrapassando a figura dos sábios, diluindo-se a individualidade num processo que se caracteriza como social.

A documentação de base foram os textos da Inquisição e a correspondência trocada por Galileu e seus contemporâneos, que está reunida na *Edition Nationale*, publicação das obras completas de Galileu e de documentos a ele concernentes. É uma rica documentação (cerca de 4 mil cartas), que torna possível uma descrição pormenorizada do desenvolvimento do processo.

Na Introdução, o autor apresenta os precedentes ao caso de Galileu. O sistema de Copérnico, ignorado até a última década do século XVI, começa a tornar-se incômodo: nas obras de Giordano Bruno, as teorias heliocêntrica constitui-se em cosmologia, entrando em choque com a concepção aristotélica do cosmos. Mas não era somente esta oposição de idéias. A atividade intensa de Giordano Bruno tornou amplamente conhecidas idéias heréticas sobre a Criação e difundiu a teoria heliocêntrica, que também se opunha a declarações explícitas contidas nas Escrituras.

O autor caracteriza Giordano Bruno como metafísico, enquanto que Galileu já se coloca numa outra fase do momento epistemológico, sendo "a primeira vez na história, que uma construção científica inquieta e transforma as categorias e os valores de uma sociedade" (p. 30).

Se bem que as cartas trocadas mostrem que Galileu até 1616 estivesse seguro de que as suas observações astronômicas não tinham implicações teológicas, já em 1611 o florentino Ludovico della Colombe, edita um panfleto

"Contra o movimentos da Terra", em que acusa os galileistas de distorcerem o sentido de algumas passagens das Escrituras (p. 65).

A luta de mentalidades transparece nos trechos de correspondência selecionados pelo autor: de um lado Galileu e seus correspondentes na crença em um novo método científico; de outro lado uma reação que se organiza, que programa discussões, que prevê o perigo representado pela repercussão das novas idéias. O autor chama a atenção para o silêncio que envolve os altos quadros do Clero, enquanto que apresenta documentos referentes ao escândalo que envolveu a pregação de um dominicano, em 1612, contra "a opinião relativa ao movimento da Terra" (p. 86).

A reação crescendo, chega o momento das definições. É de dezembro de 1613, a carta a Castelli, em que Galileu expõe a sua reflexão sobre as críticas que recebe: "Tanto a Escritura como a Natureza procedem do Verbo Divino..."; "... os efeitos naturais que resultam das experiências sensíveis ou das demonstrações necessárias, não devem em nenhum caso ser colocadas em dúvida, sob o pretexto de que tal passagem da Escritura teria uma significação contrária..."; "... o dever dos exegetas é de determinar o verdadeiro sentido das passagens da Escritura, para que elas concordem com as conclusões naturais..." (p. 91).

Pela correspondência trocada transpira a reação crescente, as esperanças e temores de Galileu durante sua viagem a Roma, inutil tentativa de esclarecer a verdade de seus argumentos.

Se o período posterior à condeação da teoria copernicana, em 1616, é de recolhimento, a ascensão do cadeal Barberini ao Papado, em 1621, reace a chamadas. No "Diálogo sobre os dois maiores sistemas do mundo, editado em 1630, Galileu coloca na boca de Simplicio, o aristotélico: "Vossa maneira de filosofar tende a subverter toda a filosofia natural, e lançar na desordem e no caos o céu, a Terra e o Universo inteiro" (p. 177), numa lúcida expressão do poder da teoria heliocêntrica.

Enriquece-se novamente a correspondência, as paixões se revelam, mas quem dá a verdadeira dimensão da condenação de Galileu é o próprio Papa Urbano VIII que diz: "Galileu se imiscuiu em domínios que lhe foram proibidos, nas matérias as mais graves e perigosas que se pode hoje conceber" (p. 195).

Os autos da Inquisição completam a documentação, esclarecendo a posição da Igreja.

Um livro, em suma, que penetra por um caminho ainda pouco desenvolvido em História da Ciência colocando-se na fronteira do campo tão rico da História das Mentalidades.

MARIA AMÉLIA DANTES.

* *
*

JACOB S. J. (Hubert), (Editor). — *Documenta Malucensia* — Vol. I (1524-1577). Rome, "Institutum Historicum Societatis Jesu", in: *Momenta Historica Societatis Jesu*, Vol. 109 — XLII + 84* + 758 páginas.

As Ilhas Molucas (1) estiveram mais de oitenta anos sob o domínio de Portugal (1522-1605). Em 1605, caíram em grande parte nas mãos dos holandeses, mas já no ano seguinte os espanhóis reconquistaram algumas das ilhas perdidas, conseguindo manter-se no arquipélago até 1677. Ninguém ignora que, para os povos ibéricos daquela época, a obra colonizadora era inconcebível sem a atividade missionária. Quanto às Molucas, a tarefa de cristianizá-las era, em 1547, confiada à recém-fundada Sociedade de Jesus, que ali exerceu a sua atividade apostólica com diversas peripécias até 1677, ano em que os espanhóis tiveram que retirar-se definitivamente das Molucas.

É evidente que, numa situação em que colonizar anda de mãos dadas com evangelizar, os documentos, missionários adquirem uma importância extraordinária para a reconstrução histórica da vida colonial. Destarte não é de estranhar que, desde 1920, vários pesquisadores (holandeses, alemães e portugueses) se tenham dedicado ao trabalho de colecionar o importante material com o fim de o tornar acessível à historiografia moderna, mas devido a diversas circunstâncias, nenhum deles conseguiu apresentar aos estudiosos desta matéria uma coleção completa e sistematicamente organizada. Há poucos anos o jesuíta holandês, Dr. Hubert Jacobs (2), assumiu a tarefa, ao que parece, com melhores presságios. Em fins de 1974, saiu o Volume I dos *Documenta Malucensia*.

É uma obra que prima pela organização metódica e pela exposição clara dos diversos assuntos que nela são tratados. As páginas iniciais (numeradas I a XLII) trazem, além do Prefácio e do índice, "o aparato técnico" da edição: uma bibliografia extensa e minuciosamente elaborada, bem como uma lista de abreviaturas. Segue-se, em 84 páginas, a Introdução Geral, em que o editor dá uma exposição sucinta e clara do quadro histórico em que se situam os documentos e, além disso, presta contas do método por ele adotado na preparação e na apresentação dos textos publicados.

No Volume I entraram 220 documentos, que abrangem um período de 35 anos. Quase todos eles são cartas escritas por membros da Companhia

(1). — O nome indígena do arquipélago era (e continua a ser) *Maluku*. Os portugueses quinhentistas escreviam-no *Maluco*, empregando, ao lado desta forma, também *as ilhas Malucas*. Foram os holandeses e, depois, os ingleses que introduziram a forma *Moluc(c)as*, a qual, embora menos correta, acabou por entrar também na língua portuguesa.

(2). — O Dr. H. Jacobs publicou também a *História das Malucas* ("probably the preliminary version of Antônio Galvão's lost *História*"), no texto original com a tradução inglesa (Rome — St. Louis, USA, 1971), X + 402 páginas.

que, durante algum tempo, trabalharam nas Molucas. A grande maioria delas está redigida em Português e em Castelhana (resp. 130 e 55), as restantes em Italiano ou em Latim; algumas delas revelam uma certa maestria na arte epistolográfica, outras são, do ponto de vista literário, bastante medíocres e outras ainda não passam de simples relatórios.

Cada um dos textos editados vem precedido de umas notícias filológicas e históricas; numerosas notas em roda-pé, por vezes extensas, orientam, a cada passo, o leitor, dando-lhe informações seguras sobre os mais variados assuntos proporcionados pelo conteúdo do documento. A obra termina com um glossário de palavras orientais e um índice das matérias tratadas, minuciosamente elaborado.

O livro do Dr. H. Jacobs é um valioso arsenal de fontes interessantes e um instrumento indispensável para quem se interessa pela história colonial dos portugueses no século XVI. Também o etnólogo, o linguista e o mitsiólogo poderão encontrar nesta obra uma porção de dados interessantes e instrutivos. A publicação do Volume I torna-nos desejosos de conhecer também os documentos relativos ao domínio espanhol.

JOSÉ VAN DEN BESSELAAR.

* * *

*

DALTON(George). — *Economic Systems and Society. Capitalism, Communism and the Third World.* Harmondworth (Inglaterra), Penguin Books, 1974, 250 pp.

Desde a Segunda Guerra Mundial as economias mundiais mudaram muito. Os países capitalistas industriais da Europa e os Estados Unidos prosperaram além do previsto em 1930. Uma dúzia de economias comunistas no Leste Europeu, Ásia e América Latina marcaram a mudança para o tipo de economia, até então exclusivo da União Soviética.

A economia também mudou. O uso da matemática aperfeiçoou velhas teorias e tornou possível novas linhas de análises. Ao lado das técnicas e do refinamento de análise da ciência econômica, uma nova ênfase também foi dada à economia como ciência social, relacionada à política, à história, à realidade social. O capitalismo e o socialismo são, antes de tudo, uma realidade social, onde relações sociais são determinadas pelas forças de produção. Por que os Estados Unidos permitem a pobreza e a fome no meio de uma sociedade de opulência? Tem a educação algo a ver com o aumento da renda nacional? Novos problemas e novas questões são colocados pelas recentes mudanças sociais, políticas e econômicas nos países capitalistas, comunistas e nos países em desenvolvimento. É este o pano de fundo da análise do Prof. Dalton.

O livro é dividido na análise de dois períodos: 1750-1950 e 1950 até hoje. Na primeira parte mostra o Autor o papel da Revolução Industrial como motor do capitalismo:

"sistema econômico no qual a propriedade privada dos meios de produção e as transações do mercado de trabalho, recursos e produtos não só estão presentes mas também intimamente ligadas uma a outra e integradas com todos os processos e setores da produção, isto é são os modos dominantes de propriedade e transação" (p. 56).

Um quadro sinótico nos é dado nas páginas 60 e 61, onde tempo, economias mundiais, escolas e clássicos da ciência econômica são colocados didaticamente em correspondência.

As respostas socialistas ao capitalismo são analisadas a seguir: socialismo utópico, socialismo marxista e socialismo democrático. O socialismo do século XIX foi uma resposta ao capitalismo industrial do mesmo século. Já antes houve vozes pedindo por justiça social e igualdade, mas não havia máquinas, fábricas e dependência em massa do salário para sobrevivência. O socialismo do século XIX foi o das máquinas, dos mercados, dos salários e da sociedade por eles produzidas. Daí os três socialismos — utópico, marxista e democrático — terem muito em comum (págs. 67 e segs.).

A seguir trata o A. do capitalismo do Welfare State — 1930-1950. A Primeira Grande Guerra e a Depressão de 30 trouxeram como consequência uma forte sacudida no capitalismo de *laissez-faire*. Keynes destruiu sua racionalidade teórica. A Segunda Guerra provou que o planejamento governamental e o controle das instituições econômicas capitalistas geram pleno emprego. Daí por que

"as intervenções do Governo na economia vieram como resultado de acontecimentos, não de ideologia" (p. 111).

A economia soviética é analisada em seus pontos iguais ao capitalismo de Estado e em suas especificidades como sistema econômico.

A segunda parte — composta de três títulos: economias de capitalismo reformado, novas economias comunistas e economias em desenvolvimento do Terceiro Mundo — é um estudo da atividade econômica do Governo, da distribuição da renda nacional, do crescimento das economias destes países, do subdesenvolvimento e de suas características, mostrando que os países do Terceiro Mundo tem diante de si os exemplos do capitalismo industrial e do comunismo industrial. A longa bibliografia completa este livro de leitura indispensável não só aos economistas, mas aos estudiosos das ciências sociais em geral.

Percebemos na obra de Dalton a visão do sistema econômico como uma realidade social, cujas contradições, cujos avanços e retrocessos se manifestam

nos problemas sociais tolerados pelas classes dirigentes, mas cujas soluções inspiram as mais diversas opções tanto no campo econômico como no campo político.

JANUÁRIO FRANCISCO MEGALE.

* * *

*

SEYFERTH (Giralda). — *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim. Um estudo de desenvolvimento econômico.* Editora Movimento. Porto Alegre. 1974.

A Autora explora em sua introdução, generalidades inerentes a uma obra científica dessa natureza, como a área geográfica, a procedência dos imigrantes, os critérios terminológicos utilizados para identificar uma sociedade camponesa calcados em antropólogos como G. M. Foster, R. D. Firth, R. Redfield, E. Wolf e T. Shanin. Existem inúmeros conceitos para sociedades camponesas, mas, porque o termo camponês é bastante vago e ambíguo e sua conceitualização depende muito do intento do analista, a Autora empregou e adaptou os critérios propostos por Shanin.

No capítulo II, reservado ao povoamento do Vale do Itajaí-Mirim, historia a imigração alemã no Brasil com os seus insucessos iniciais até 1860, ano em que foi fundada a Colônia Itajaí-Brusque, a qual abrangia principalmente toda a extensão territorial ao longo do Vale do Rio Itajaí-Mirim (tributário do Rio Itajaí-Açú, rio principal da bacia hidrográfica do Vale do Itajaí), fragmentada hoje em Municípios de Brusque, Guabiruba, Botuverá e Vidal Ramos, concentrando a Autora suas pesquisas nos dois primeiros, pois ali houve a concentração de levas de imigrantes alemães, propriamente dito, enquanto Botuverá, Vidal Ramos e ainda Nova Trento, no Vale do Tijucas (também integrante da Colônia Itajaí-Brusque) foram imigrantes italianos. Analisa o povoamento do Vale do Itajaí-Mirim em relação ao sistema *Waldhufen* (Colonização da região montanhosa do leste da Alemanha no final da Idade Média: o tipo de povoamento chamado *Waldhufen*, p. 47). A distribuição das propriedades em lotes alongados, segundo a Autora (p. 48) é que faz o sistema de povoamento assemelhar-se muito à *Waldhufendorf*, característica da colonização medieval da Floresta Negra, Odenwald, leste da Mittelgebirge e em partes das florestas das terras baixas do norte da Alemanha. Rica a explanação em torno desse sistema colonizatório, enfocando detalhes terminológicos da estrutura agrária camponesa medieval, como, por exemplo, *Marschhufendorf*, *Flur*, *Gewanne*, *Haufendorf*, *Strassendorf*, *Flurzwang*. A Autora explica (p. 54), que a tradição histórica do campesinato alemão, o tipo de povoamento que prevaleceu no Vale do Itajaí-Mirim, o isolamento e a adequação de novas técnicas agrícolas ligadas ao cultivo em

um novo *habitat*, o cultivo de plantas nativas em substituição às européias e um novo tipo de comércio, foram fatores relevantes na formação dessa comunidade camponesa. Nela, dois elementos importantes se destacam: de um lado, a pequena propriedade agrícola (colônia) e o grupo doméstico constituindo a unidade econômica; de outro, a vila, constituindo o "mundo do Camponês". A exploração do lote colonial se caracterizou pela policultura e pelo uso de técnicas agrícolas peculiares ao sistema de coivara; sendo que o milho, a mandioca, a cana-de-açúcar e o tabaco forneciam o excedente de produção para ser trocado ou vendido nas *Kaufläden* (vendas); ficando os outros exclusivamente para a subsistência, a saber: o feijão-preto, o taiá, a batata-doce, o amendoim, o aipim e as colheitas da horta, onde cultivavam os legumes e, próximos à casa, árvores frutíferas que se destinavam ao consumo doméstico. Houve pouca, quase insignificante criação de animais, por outro lado, a indústria doméstica — os engenhos de açúcar e cachaça, a produção do fubá e farinha de mandioca nas atafonas, a manufatura de charutos, a produção de vinhos, banha, derivados do leite e de um doce de frutas pastoso, chamado *Mus*, constituíram as principais atividades rotuladas por Seyferth (p. 67), como "indústria doméstica" — teve excelente incremento. Neste assunto, a Autora explora estatisticamente, baseada em relatórios da época, a produção, descreve o fabrico de alguns produtos, analisando até a divisão do trabalho na Colônia.

A Vila (de Brusque) é o segundo elemento importante que caracterizou a comunidade camponesa do Itajaí-Mirim no século XIX (p. 54 a 83). O colono não ficava isolado na sua propriedade: ele mantinha suas atividades sociais e econômicas com seus semelhantes através das relações sociais estabelecidas na vila; ali ficavam as capelas, as escolas, a sede da *Schützenverein* (Sociedade de Caça e Tiro), a administração, o ancoradouro, o cemitério, acreditando Seyferth que talvez por isso não era chamada de *Dorf* (aldeia) mas sim de *Stadtplatz* (de *Stadt*, cidade e *Platz*, lugar). A vila era ao mesmo tempo, aldeia e cidade.

O capítulo IV é dedicado ao estudo do comércio colonial onde se destacam os vendeiros, isto é, os proprietários de casas comerciais, as *Kaufläden* (vendas). Os vendeiros, um pequeno grupo de pessoas, monopolizavam o transporte e o comércio. Os colonos vendiam ou trocavam suas mercadorias por produtos trazidos das cidades que eram necessários à sua subsistência. Um quadro bastante triste esse de monopólio, subordinando o colono ao vendeiro, e, como Seyferth afirma (p. 102) — "O imigrante começava suas atividades como colono e pequeno proprietário devendo ao vendeiro". Os colonos não tinham outra alternativa quanto à colocação dos seus produtos no mercado e à aquisição daquilo que necessitavam. As atividades dos vendeiros não se limitavam unicamente ao comércio e conseqüente monopólio dos transportes e preços. Havia um outro fator, segundo Seyferth, (p. 109) não menos importante, que deixava os colonos dependentes deles: eram os comerciantes que financiavam e exploravam boa parte da pequena indústria

ligada à lavoura (engenhos e atafonas e, já no princípio do século XX, também as fecularias) e as serrarias. Toda poupança do colono, excetuando aquela que era destinada a melhorar a propriedade, acabava nas mãos dos vendeiros para ser guardada por ele, funcionando a venda como banco dos colonos, entretanto, diferia desse tipo de instituição em um aspecto importante: não era o colono que recebia juros pelas importâncias depositadas na venda; o colono pagava pelas importâncias depositadas na venda. No último capítulo a Autora traz uma importante contribuição à elucidação do aparecimento da industrialização de Brusque, contestando Emílio Willens que acreditava na origem artesanal das indústrias. A realidade, levantada pela Autora é outra. No início da colonização o artesanato era apenas uma atividade suplementar dos colonos, forçados a depender de uma economia estritamente familiar. Pela exposição dos fatos a Autora exclui a hipótese do artesanato ter gerado ou até contribuído para a industrialização. A implantação da indústria têxtil em Brusque a partir de 1892 teve como fator relevante a tentativa do Sr. Carlos Renaux de produzir e revender tecidos em sua venda, fabricados por ele mesmo. Como vendeiro desde 1883 tinha condições de garantir um mercado seguro. Ainda dois aspectos que marcaram a implantação da indústria têxtil dizem respeito ao capital investido à mão-de-obra empregada. Os vendeiros eram os únicos que tinham condições de acumular vasto capital. A presença de tecelões poloneses de Lodz na colônia que foram convidados pelo Sr. Renaux a trabalhar na instalação da indústria foi coincidência fortuíta. Três causas segundo os estudos de Seyferth (p. 127) foram as causas determinantes da industrialização de Brusque com base na tecelagem: a existência de capital local garantido pelo comércio; a potencialidade de um mercado consumidor na região; e existência de mão-de-obra aproveitável entre os agricultores reforçada pela presença de alguns artífices especializados na fabricação de tecidos, que funcionaram como orientadores das demais. É importante ainda atentarmos para as duas fases ocorridas no processo de desenvolvimento econômico de Brusque, após o início da industrialização: a primeira, que abrange o período de 1892 a 1930, se caracteriza pela predominância da atividade agrícola sobre a industrial. O número de operários ainda não é muito grande em relação aos agricultores. A segunda fase da economia brusquense é marcada pela predominância das atividades industriais sobre as agrícolas, a partir da Segunda Guerra Mundial. A proletarianização é maior, sentida através dos expressivos aumentos que de 1.561 operários em 1937 passaram a 3.680 em 1950. O livro, além de uma valiosa contribuição traz uma nova concepção de estudos históricos científicos, com base técnica em Antropologia, possuindo uma visão global da economia, das mudanças ocorridas analisadas com ótica imparcial, impessoal e calcadas em fatos, constituindo-se num excelente trabalho, indispensável para os cientistas sociais brasileiros.

AFONSO IMHOF.



PEREIRA (João Baptista Borges). — *Italianos no Mundo Rural Paulista*.

São Paulo, Pioneira, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. 1974 (Biblioteca Pioneira de Estudos Brasileiros).

Estudos a respeito de imigrantes italianos — e seus descendentes — que se estabeleceram no Brasil durante o final do século passado e início deste são relativamente abundantes. Não se constata o mesmo, entretanto, com relação a grupos de origem idêntica que chegaram ao nosso país em períodos posteriores à Segunda Guerra Mundial. Um destes grupos, porém, foi sistematicamente investigado pelo Prof. João Baptista Borges Pereira; seu livro ITALIANOS NO MUNDO RURAL PAULISTA é o resultado da análise dos fenômenos desencadeados pelo contacto de representantes da sociedade nacional com imigrantes italianos que se fixaram, a partir de 1953, no núcleo colonial de Pedrinhas, região da alta Sorocabana, Estado de São Paulo.

Apoiando-se na teoria antropológica da aculturação (1), o autor realizou prolongadas pesquisas na área ("subexpressão da realidade brasileira"), no próprio núcleo e também na Itália. A escolha da "linha teórica" acima indicada deveu-se à natureza do objeto de estudo, pois tratava-se da análise de um grupo de imigrantes levado, de imediato, a estabelecer múltiplos laços com a sociedade brasileira. Assim, com o interesse voltado sobretudo para os mecanismos que impedem ou estimulam o processo aculturativo, o autor procurou apreender os aspectos dinâmicos ligados à situação de contacto entre contingentes demográficos culturalmente distintos.

As causas — gerais e específicas — responsáveis pela formação do grupo e seu deslocamento espacial em busca de melhores oportunidades de vida foram encontradas no desorganizado contexto sócio-econômico italiano de após-guerra, na tradição cultural deste país ("A Itália é um país de emigração") — a qual exerce considerável influência na expulsão de excedentes populacionais —, bem como nas biografias dos próprios imigrantes.

Chegaram a Pedrinhas as primeiras famílias, procedentes das mais diversas regiões italianas, trazendo consigo características sócio-culturais inerentes às suas respectivas áreas de origem (diferenças linguísticas, alimentares, preconceitos, etc.). Encontraram pela frente — além da heterogeneidade do grupo assim constituído — uma nova realidade, "... ao mesmo tempo físico-geográfica, demográfica, social e cultural", a ser enfrentada com os recursos culturais de origem, visivelmente inadequados ao ajustamento imediato às condições de vida específicas do país hospedeiro. Por outro lado, como a impossibilidade de "fechamento" da comunidade recém-formada sobre si mesma estava contida no próprio planejamento que orientou o empreendimento colonizador, impunha-se a vinculação com a sociedade inclusiva.

(1). — Basicamente a proposta de Siegel, Vogt, Watson e Broom — "Acculturation: an exploratory formulation" In *American Anthropologist*, vol. 54, nº 6, 1954.

Segundo o plano formulado pela Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana (responsável pelo empreendimento), concebido em larga medida como iniciativa privada, a comunidade de imigrantes deveria dedicar-se a um tipo de agricultura moderna, racional, mecanizada, visando a produção de mercadorias comercializáveis no mercado interno e mundial. Financiamentos, fertilizantes, ferramentas, etc., teriam que ser obtidos junto aos centros urbanos próximos (Assis, Presidente Prudente e outros), o que obrigava o núcleo a estabelecer relações — no mínimo econômicas — com brasileiros da área.

Superado o impacto decorrente dos contactos iniciais com a nova realidade o imigrante vai, paulatinamente, redefinindo a imagem a respeito do país de adoção. Alcançando êxitos econômicos, sofrendo influências urbanas (rádio, televisão, jornais e escolas), encaminha-se na direção da competição intragrupal (amplamente discutida pelo autor). A área urbana do núcleo, em expansão, refletia com clareza as mudanças ocorridas após a fase do predomínio dos "focos de tensão".

Desta maneira, as gerações mais novas, a adoção de elementos técnicos e de padrões urbanos, o sistema de produção "dependente" e as influências mencionadas acima atuavam favoravelmente no processo de integração do grupo à sociedade inclusiva, na absorção de padrões culturais brasileiros. No entanto, a Igreja, a área rural e as gerações mais antigas representavam ainda focos de resistência a este processo. Estes fatores levaram o autor a caracterizar o instante do processo aculturativo por ele observado durante o andamento das investigações como um instante de "transição", marcado por uma configuração cultural grupai até certo ponto sincrética, composta pelas experiências do passado, por elementos da vida brasileira e por esquemas impostos pelo plano colonizador.

Envolvido ainda pela primeira fase — propriamente econômica — do processo de integração ao novo país; preconceituando e rejeitando do convívio íntimo o brasileiro da área circundante, geralmente seu empregado e subordinado; lutando por permanecer fiel à pátria de origem e às suas tradições culturais, o imigrante italiano já não mais conseguia resistir: às influências (urbanas, principalmente) da sociedade brasileira.

João Baptista Borges Pereira encerrou suas investigações neste momento da marcha aculturativa, após reconstituir também o desenvolvimento do grupo desde os primeiros instantes de sua formação. Fez chegar até aos leitores, contudo, relato minucioso e preciso do trabalho científico realizado, esclarecendo e documentando, neste seu livro, o "processo de integração de um grupo étnico adventício dentro de uma subexpressão da realidade brasileira".

RENATO DA SILVA QUEIROZ.



RONIS (Oswaldo). — *Uma Epopéia de Fé: A História dos Batistas Letos no Brasil*. Rio de Janeiro, Casa Publicadora Batista, 1974. 634 págs. 282 ilustrações 11 mapas, 1 hino, 270 fotos.

Na oportunidade do 14º Congresso Anual das Igrejas Batistas realizado em Varpa, distrito de Tupã, na alta paulista, em julho de 1963, foi enfatizado o problema de um livro-depoimento, que contasse numa perspectiva diacrônica, parte da religiosidade dos letos no Brasil. Essa sugestão foi concretizada após dez anos de árduas pesquisas, pelo Professor Oswaldo Ronis com uma mensagem pioneira, intitulada: *Uma Epopéia de Fé: A História dos Batistas Letos no Brasil*.

Trata-se de uma obra volumosa, de grande riqueza, com 282 ilustrações que ainda mais a enriquecem: mapas temáticos, roteiros de acesso aos longínquos núcleos missionários que a Congregação Batista mantém, tanto no Brasil como na Bolívia.

Encarregou-de da apresentação o Dr. João F. Soren que foi Presidente da Aliança Batista Mundial, na década de sessenta e que de início afirma: "o historiador contemporâneo evita conclusões de natureza subjetiva bem como as de acentuado tempero preferencial e emocional". (p. 17).

No prefácio o próprio autor conta que pode dispor de tempo e das fontes de acesso, fato que não é constante na vida dos pesquisadores no Brasil.

Uma primeira análise faculta sentir que: "*Uma Epopéia de Fé: A História dos Batistas letos no Brasil*" instrumenta: um esquema de 14 capítulos subdivididos, mais 12 anexos, dentro de uma linha tradicionalmente factual, pois o 1º capítulo intitula-se: O País e o Povo da Letônia, sem inseri-lo no complexo espacial Eurasiano, se bem que com algumas colocações válidas. Seja por exemplo a problemática etimológica do nome do país Letônia bem como os termos gentílicos "letos" e "letões" como termos que "*derivam da alcunha que os antigos livos ou Vivios (fino-ugros), povo vizinho nos primórdios de sua história, em cuja língua a palavra "Lett" significa "cavar terra", pois os letos sempre foram essencialmente agricultores.*" (pág. 31).

Sumariamente, nesta primeira parte enfoca o aparecimento do Povo, como foi dominado pelos russos e alemães, apesar de tentativas reacionárias até conseguir sua independência em 1918. Nesse contexto destaca a gênese Batista na Letônia. Louvável esta ponte de ligação entre os letos do Brasil e suas origens, dada a raridade bibliográfica a esse respeito, principalmente na língua portuguesa. Apesar de sucinta, deu-nos elementos para entendermos as razões da emigração dos letos para o Brasil e principalmente o modo como se radicaram dedicando-se à agro-pecuária.

Um outro destaque: as notas de pé de página, que além de valorizar a obra facultam melhor entendimento.

Na segunda parte do livro o Professor Ronis procura justificar os fatores que os levaram a optar pela emigração. Entre as explicações destaca-se essa: "*As opressões político-religiosas e as condições sócio-econômicas precárias que na Letônia não permitiam ao cidadão adquirir um pouco de terra*

para lavar e com o produto do seu trabalho prosperar honestamente, foram motivos fundamentais que deram origem aos primeiros movimentos emigratórios dos batistas letos para o Brasil" (pág, 106).

O autor tentou mostrar principalmente através de questionários, pesquisas, entrevistas, leituras de atas das Igrejas Batistas, como se formaram as colônias dos Batistas letos de 1890 a 1914 em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e em São Paulo. Terminando a Primeira Guerra Mundial existiam apenas cinco: *"Rio Novo, Rio Mãe Luzia, Ijuí, Rio Branco e Nova Odessa"* (pág. 185).

A terceira parte da obra enfoca a emigração dos Batistas Letos para o Brasil quatro anos após o termino da I Guerra Mundial.

Nessa parte procura explicar *"o fundo religioso que possuía o movimento emigratório batista leto para o Brasil em 1922/23 e que resultou na fundação da maior colônia de batistas letos do mundo, denominada Varpa, em plena mata virgem do interior do Estado de São Paulo, e da maior igreja batista da América do Sul, na época com cerca de 1750 membros..."* (pág . 191) .

De acordo com os depoimentos citados, podemos concluir que apesar do posicionamento político, favorável, da Letônia independente, os letos quiseram vir para o Brasil, pois alguns temiam que seu país novamente caísse nas mãos opressivas dos comunistas.

Apesar de muitas dificuldades, os letos conseguiram chegar a Santos, precisamente a 26 de outubro de 1922. Logo que chegaram contactaram com dois patrícios representantes que já haviam adquirido do capitalista português João Gomes Martins *"3.000 alqueires"* (pág. 224), no Município de Campos Novos, Comarca de Assis, na Alta Paulista. (O que na realidade são 2.000 alqueires de acordo com a escritura que eu tive oportunidade de ler no 13º Tabelião de São Paulo, sendo que o próprio autor na pág. 227 cita *"aproximadamente 2.100 alqueires"*; como não encontrei referência na errata, supondo que não se trata de um erro de datilografia, fica como sugestão corrigir a citação se sair uma nova edição).

Em chegando tiveram de proceder como autênticos pioneiros, pois tudo estava para ser feito. Levantados dois barracões passaram a viver nos primeiros meses coletivamente, utilizando-se do dinheiro da Caixa comum, sob a orientação do pastor João Inkis como *"lider espiritual em maior evidência"* e responsável pelo nome Varpa dado à nova *"colônia, que no idioma leto significa espiga"* (pág. 237), ora, vinculada, como distrito do município de Tupã, na alta paulista.

Começando a faltar recursos materiais para a sobrevivência do grupo, decidiu-se que uma parte iria trabalhar em outras localidades como, por exemplo, Dourados, São Paulo, e os que ficassem dariam início a implantação da colônia.

Após três anos de sacrifício, retornaram com recursos capazes de acionar o desenvolvimento do núcleo, até mesmo de aquisição de lotes individuais.

Como especificidade marcante: iniciaram a agro-pecuária, fundaram a Cooperativa de Laticínios —*"Latvia de Varpa Ltda, em 1931"* (pág. 254), escolas que funcionaram ao lado dos templos, em 1940 lançaram a *"pedra fundamental do prédio do Grupo Escolar de Varpa"* (pág. 259), em 1939, construíram o Hospital local tendo à frente a Doutora Margô Anderson. E aos poucos em Varpa começaram a surgir órgãos de administração pública.

Quanto àqueles que não quiseram viver em sítios próprios na Colônia de Varpa foram procurar viver *"juntos numa comunidade... comendo todos a mesma comida à mesma mesa"*... (pág. 268) numa gleba de 300 alqueires numa fazenda coletivadestinada à comunidade já formada e em cujo quadro social achavam-se registradas cerca de 350 pessoas, recebendo o nome de Palma, mais tarde *"Corporação Evangélica de Palma"* (pág. 269).

Seu principal administrador foi o pastor André Klavim e quase todos se dedicaram à agro-pecuária, *"a segunda fonte de renda em importância foi a avicultura"* (pág. 271), ao lado da sericicultura e apicultura, que até hoje desenvolvem.

De Palma partiram diversas missões religiosas para locais vizinhos e alguns longínquos como Rincón del Tigre catequizando almas. Quem mais se destacou não só nesses trabalhos, mas também nos trabalhos da Imprensa de Palma, foi a professora Maria Mellemberg.

A quarta parte do livro, apresenta em destaque o crescimento da obra missionária dos batistas letos no Brasil. Remontando aos trabalhos iniciais até a integração de sua obra com a dos batistas brasileiros; acusações de *"práticas pentecostais em seus cultos"* (pág. 304); à saída e a volta de membros para a Igreja Batista de Varpa; aparecimento de novas igrejas; os trabalhos missionários em diversos locais, etc. A construção de escolas missionárias; a Missão Evangélica Batista Letta de Rincón del Tigre, na Bolívia; o desenvolvimento de missões batistas letas provenientes de iniciativas particulares em diversos Estados brasileiros, principalmente Paraná e Santa Catarina. Enfim as contribuições dos batistas letos para o progresso do Brasil.

Apesar dos reparos, é uma obra útil para os que se interessam pelas minorias étnicas e para a sensibilidade daqueles que sentem respeito pelos bandeirantes modernos, abridores de picadas, por aqueles que "semeiam embriões de cidades", na feliz expressão de Olavo Bilac ao focar o Bandeirante ímpar

Por outro lado, lamentamos que o *"Caçador de Esmeraldas"* deixe transparecer certas reflexões como, por exemplo: *"Infelizmente, o ideal de urna sociedade perfeita à base de proibições foi impossível de ser mantido por muito tempo. .. Alguem premido pela necessidade, foi o primeiro a vender um lote de sua propriedade nas proximidades do Centro de Varpa a um cidadão brasileiro católico, que, achando por bem atender às necessidades prementes dos seus patrícios, abriu o primeiro bar, que reunia, especialmente aos domingos, muitos dos elementos nacionais empregados nos sítios dos letos e em outras atividades, bem como os caboclos residentes nas vizinhanças da colônia. Mais tarde, herdeiros incrédulos de um dos negociantes venderam uma parte do*

seu imóvel a outro brasileiro, onde foi construído mais um bar e um bilhar. Dentro de mas algum tempo surgiu também um campo de futebol e uma capela católica..." (pág. :57). Seriam essas idéias segregacionistas endossadas por todos os letos no Brasil?

O autor se propôs a dar "*explicação objetiva*" (pág. 26) e emprega juízos de valores como "*E diga-se de passagem que, pela graça de Deus...*" (pág. 267).

Estranhei que na bibliografia não foi citado o trabalho da professora Milia Tupes que é um dos primeiros a respeito de Varpa. Será que o autor não teve conhecimento desse ensaio que, apesar de mimeografado foi comentado na colônia leta e divulgado em resumo no Jornal *O Povo*, editado em Tupã. Fica como lembrete a citação do trabalho da professora Milia Tupes numa nova edição, como já sugeri em relação aos 3.000 alqueires. E já que estou fazendo sugestões, acho que na transcrição de artigos ou textos será necessário colocar aspas, pois apesar de ter deixado alguns textos em destaque, eles não estão entre aspas, o que torna difícil distinguir os seus comentários dos textos citados como aconteceu na página. 206. também na bibliografia não há necessidade de colocar suporte metodológico usado apenas na montagem do trabalho .

Quanto as fotografias, fonte iconografica de valor incontestavel estariam a justificar legendas mais elucidativas.

Finalizando estas notas, cumprimento o professor Osvaldo Ronis pelo trabalho que é uma contribuição positiva aos núcleos pioneiros na História de São Paulo, especificamente na colônia leta, e também pelas sugestões que a obra: *Uma Epopéia de Fé: A História dos Batistas Letos no Brasil* faculta aos interessados nesse campo específico.

IRINA VASSILIEFF.

* *
*

DELLA CAVA (Ralph) . — *Miracle at Joazeiro*. New York and London. Columbia University Press, 1970 (Institute of Latin American Studies — Columbia University) 324 p. 23 cm.

Ralph delia Cava, Professor de História no Queens College, residiu no Brasil nos anos 1963-64, durante quatorze meses, cinco deles na cidade cearense de Joazeiro, e passou posteriormente três anos a trabalhar o material obtido em especial em dois importantes arquivos, os quais ele foi o primeiro estudioso a consultar: o Arquivo do Colégio Salesiano "Dom João Bosco", em Joazeiro, que delia Cava coletou, organizou e catalogou pela primeira vez desde a morte do padre Cícero em 1934, e o Arquivo do Bispado do Crato, que registra o movimento religioso, segundo o ponto de vista da Igreja, entre 1889 e 1900.

O resultado foi um substancial volume em 11 capítulos, com farta Bibliografia, 741 notas, ilustrado com 16 fotos sugestivas, uma monografia que é uma contribuição da ciência histórica para literatura recente sobre movimentos religiosos populares dos séculos dezenove e vinte, trabalho que é um esforço paralelo a outros neste campo, como a obra de J. Hobsbawm, "Primitives Rebels".

O objetivo primordial do livro foi o registro da história política de Joazeiro, a totalidade do relacionamento da política com o movimento religioso popular, e não só seus aspectos milenários e messiânicos. O Autor procura também ilustrar uma hipótese básica: a de que movimentos religiosos populares se originam e desenvolvem dentro de um contexto social definido pelas estruturas dominantes de uma ordem nacional e internacional. O movimento popular de Joazeiro afetou e foi afetado por uma insituição eclesiástica internacional, a Igreja; pelo sistema político nacional do Brasil Imperial e Republicano e por uma economia nacional e mundial em mutação.

O primeiro capítulo da obra, *The Social Origins of the Miracle*, descreve a chegada do Padre Cícero Romão Batista, em 11 de abril de 1872, à aldeia de Joseiro e contem, inclusive, uma breve descrição da região do sul do Ceará conhecida como Vale do Carirí, estreitamente ligada a todos os Estados vizinhos: Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Esta região é única pelas suas características geofísicas, pela sua fertilidade e umidade, e, no interior mesmo do Polígono das Secas, pela sua importância política, populacional e econômica; ainda a pouco tempo se falava na criação de um Estado do Carirí. Descreve ainda delia Cava a era de florescimento econômico, político e religioso que foram os meados do século passado no Carirí, marcados no plano místico pela figura do missionário nativo Padre Mestre Ibiapina. O autor termina o capítulo com o relato do primeiro milagre atribuído ao Padre Cícero, a transformação da hóstia em sangue na boca da beata Maria de Araújo, na manhã do dia 1 de março de 1889, fenômeno que se repetiria várias vezes, em uma época na qual o povo passava por privações de toda ordem e a situação política do país era das mais graves. O capítulo seguinte, *The Ecclesiastical Conflit*, narra os atritos entre Cícero e a Igreja, causado pelo milagre e suas implicações doutrinárias. Os capítulos seguintes, *A Movement in the Making*, *The Movement Organizes*, *From Religion into Politics*, mostram como, na região fértil que recebe os migrantes que fogem das calamidades provocadas pelas secas de 1888, 1898 e 1900, cresce a "Nova Jerusalem", Joazeiro, e como seu chefe se encaminha para ser o mais importante coronel do Nordeste.

Em *Padre Cicero enters Politic e Joazeiro Bids for Autonomy*, delia Cava estuda a politização da atividade do condutor das almas, e a luta que ele trava, ao lado de seu *Alter Ego*, Dr. Floro Bartolomeu da Costa, pela emancipação de Joazeiro em relação a Crato. Floro Bartolomeu formou-se em medicina em Salvador e chegou a Joazeiro em 1908, logo conquistando a

confiança do padre, formando a clássica dupla da vida nordestina: o "coronel" assessorado pelo "bacharel".

Nos capítulos seguintes, *The Cariry Bids for Statewide Power* e *Joaseiro in National Perspective*, o Autor analisa a revolta de 1913-14, cujo líder destacado, o então deputado estadual Floro Bartolomeu, presidente da Assembléia "legal" reunida em Joaseiro, é por esta Assembléia declarado presidente temporário do sul do Estado. Posteriormente, Floro chegaria a deputado federal.

Os dois últimos capítulos, *The Patriarch and the Church* e *The Last Days*, tratam das persistentes dificuldades do místico com a Igreja, o mesmo líder que no mundo profano foi prefeito de Joaseiro, vice-governador do Estado, deputado federal eleito que se recusou a assumir a cadeira, e grande proprietário de terras e gado. Estudam também a gradual renúncia de Cícero à vida política, deixada nas mãos de Floro Bartolomeu, cuja morte precoce, em março de 1926, deu o derradeiro golpe no processo que juntos lideraram.

O verdadeiro milagre do "Padim Ciço", porém, está no fato de que em 1889 Joaseiro era uma pequena povoação com cerca de trinta casas e duas centenas de habitantes paupérrimos, que os acontecimentos cujo centro foi o sacerdote levaram, até que este morresse em 1934, aos noventa anos de idade, a se tornar um grande centro econômico, político e religioso, como o é ainda hoje, na qualidade de segunda cidade do Ceará, com mais de 80.000 habitantes. Ao entendimento deste milagre o livro do Dr. Ralph della Cava é de um valor incontestável.

JÚLIO CESAR ASSIS KÜHL.

* * *

*

TRINDADE (Hélgio). — *Integralismo (fascismo brasileiro no década de 30)*. Coleção "Corpo e Alma do Brasil". Vol. XL. Difusão Européia do Livro. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Paulo. Porto Alegre. 1974.

Numa co-edição da Difusão Européia do Livro (São Paulo) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aparece nas livrarias brasileiras, a tese de Doutorado do Professor Hélgio Trindade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), originalmente apresentada na Universidade de Paris I, em 1971.

Hélgio Trindade, atualmente professor de Ciência Política, apresenta-nos aqui um trabalho primoroso, fruto de cuidadosas pesquisas, realizadas em arquivos até então pouco visitados; bem como através de trabalho de campo (entrevistas), utilizando assim um método de difícil manejo, levando-se em conta a distância temporal dos fatos analisados.

A preocupação básica do trabalho é fazer uma análise do itinerário ideológico do *Chefe* do movimento integralista, bem como, analisar o integralismo como o primeiro movimento de massas organizado no Brasil.

Observa o Autor na Introdução, como são parcos os estudos sobre o Integralismo, exceção feita aos trabalhos de Hélio Silva sobre o período; observa ainda, como esses estudos tendem geralmente a ultrapassar os limites da Ciência para cair em considerações unilaterais pró ou contra o movimento. Pretende o Autor portanto, além de preencher a lacuna existente na nossa "brasileira", utilizar-se o mais possível do instrumental científico de que é portador, a fim de superar, na medida do possível, as implicações ideológicas da análise.

A obra está dividida em três partes que se integram. Na primeira, o autor analisa a formação ideológica do chefe do movimento integralista e seu aparecimento político, abrangendo o período compreendido entre 1918 e 1930. Situa o personagem no palco dos acontecimentos, descrevendo sintética, mas precisamente, o pano de fundo do aparecimento do Chef

Analisa assim as mudanças sócio-econômicas na década dos anos vinte, onde se destacam três acontecimentos, fundamentais para entender a formação política-ideológica do Chefe: A Semana de Arte Moderna, a eclosão do tenentismo e a fundação do Partido Comunista; todos eles no decorrer do ano de 1922.

Suscintamente mostra o processo de industrialização, especialmente em São Paulo, com o conseqüente crescimento do operariado e a decadência das oligarquias ligadas à grande lavoura. Dentro desse quadro, o Autor analisa o significado do movimento tenentista como o início da contestação ativa ao sistema político; a Semana da Arte Moderna como o despertar nacionalista da intelectualidade brasileira, que é acompanhado por um movimento de renovação espiritual; e a fundação do Partido Comunista, como a amostra do fortalecimento do operariado.

Em seguida insere o personagem no quadro. Traça de forma precisa, a formação política de Plínio Salgado, elemento ligado ao Partido Republicano Paulista (o partido da oligarquia) até 1930. Extrai esse estudo da obra literária de Salgado, que é analisada especialmente em seu conteúdo ideológico.

Na segunda parte do livro, analisa a gênese da ideologia integralista. Procura mostrar então, as ligações entre Salgado e o fascismo italiano, e finalmente, a atuação do futuro chefe no início da década dos trinta. Analisa o universo ideológico de Salgado — sua concepção de Estado, seu nacionalismo, o antiliberalismo, o anticomunismo e o anticapitalismo. E temos assim os primórdios da ideologia integralista.

No segundo capítulo, o Autor procura dar uma visão da ascensão das idéias autoritárias durante a década dos trinta. Aparecem então, as revistas e autores antiliberais do período. Paralelamente surgem em várias regiões do Brasil os grupos políticos que tentam por em prática essas idéias. Finalmente mostra o aparecimento da Ação Integralista Brasileira (AIB) em torno da

Sociedade de Estudos Políticos. Com a Ação Integralista, os diversos movimentos de tendência autoritária são unificados.

Na última parte do livro, o Autor faz uma exaustiva análise da Natureza do Movimento Integralista.

No primeiro capítulo, os militantes são classificados segundo a origem social, observa-se o grau de mobilidade social nos diversos escalões do movimento, a composição étnica, a religião e a origem étnica.

Quadros nos mostram as razões de adesão ao movimento, sendo predominante o anticomunismo, geralmente como um reflexo da situação internacional.

No capítulo seguinte analisa a estrutura da Organização, destacando o papel do Chefe e, montagem de um Estado paralelo dentro da AIB. Um Estado completo, inclusive com os mecanismos de repressão e uma milícia treinada por militantes que também eram militares da ativa.

Mostra ainda, o impressionante mecanismo de socialização ideológica da AIB, que assimilava os militantes desde tenra idade (a criança já era batizada seguindo um ritual integralista).

No terceiro capítulo, é analisada a ideologia integralista: As concepções de Homem, Sociedade e História; Revolução, Nacionalismo e Estado, são retiradas dos escritos dos principais teóricos do movimento (Salgado, Barroso e Reale). Como os integralistas viam seus inimigos (o liberalismo, o capitalismo internacional, o socialismo e o judaísmo), e qual era a atitude frente aos fascismos europeus. Apesar de sua simpatia declarada pelo nazismo e, principalmente pelo fascismo, os teóricos do Integralismo procuram mostrar a originalidade do movimento brasileiro.

Numa análise da atitude ideológica dos militantes, o Autor observa uma identificação constante desses militantes com os principais temas do fascismo europeu. Finalmente mostra-nos o grau de homogeneidade do movimento — sempre maior nos escalões inferiores — e o radicalismo.

Nas duas páginas finais do texto, o Professor Trindade, apresenta-nos suas conclusões: O Integralismo é um movimento que surge no Brasil num período de transição; não é obra de um único autor; é parte da tomada de consciência nacional exigida pela nova sociedade brasileira. Conclui ainda, que a AIB sofreu evidentemente forte influência do fascismo europeu, mas não se deve esquecer os fatores internos que particularizam o movimento fascista no Brasil. O Integralismo como movimento foi rejeitado pela história brasileira "como um pesadelo dos anos 30".

Acompanha o texto, uma cronologia básica, localizando os acontecimentos no Brasil e no mundo; a bibliografia; e, como Anexos, os questionários usados no trabalho de campo.

Trabalhando com entrevistas realizadas pelo menos trinta anos após os acontecimentos, é extremamente complexo chegar-se a conclusões objetivas. A maioria dos entrevistados passou por experiências totalmente novas e a "memória" tornou-se então extremamente seletiva. Parece, no entanto, que

o Professor Héglio conseguiu um alto índice de rentabilidade em seu trabalho, e sem dúvida, essa técnica deve ser usada em outras reconstruções que estão por se fazer.

A análise da estrutura da AIB é exemplar. A reconstrução do Estado paralelo e do formalismo excessivo das manifestações integralistas são detalhadamente apresentados pelo autor. Especialmente no que se refere ao primeiro item, pouco se sabia a respeito da AIB, geralmente esquecida nas poucas *histórias*, que tem sido feitas da época republicana. Helgio Trindade consegue expor concretamente os princípios ideológicos da AIB, escudando-se em fontes irrepreensíveis. Procura-nos mostrar também a diferença entre o pensamento da cúpula do partido e as bases, usando para isso seus questionários. O professor Héglio não esqueceu que em qualquer movimento de massas, as "massas" são as que menos elementos deixam para o historiador, ficando geralmente "defeituosa" a reconstrução.

Deve-se destacar ainda a excelente utilização de fontes secundárias: em cinco páginas o Autor arrola a bibliografia indispensável sobre o período, sem citações gratuitas ou grandes faltas.

Impressionante também é a precisão na utilização de conceitos. Ao invés de perder-se em discussões teóricas sobre a utilização de conceitos chaves (como *classe*, por exemplo), o Autor dá a esses conceitos determinadas definições operacionais e passa a *usa-los* sem que haja quaisquer confusões.

Alem disso o livro é escrito num estilo claro, sem virtuosismos, preciso, sem técnicas sofisticadas, apesar de por vezes ser um pouco prolixo, diria até, repetitivo.

É no entanto, sistemático e até didático em sua exposição, o que impede que a repetição, quando aparece, apresente incoerências.

Sem que seja essa, necessariamente a sua tese, o Autor nos mostra ainda, a estabilidade da elite política brasileira: os "líderes" políticos atravessam os anos permanecendo "líderes". Os nomes são todos conhecidos.

Finalizando, podemos afirmar que, com o livro do Professor: Héglio Trindade, a bibliografia sobre a década dos trinta sofreu um acréscimo fundamental .

EDMUNDO E. DIAS.

* *
*

TILKOVSKY (L.). — *A biographical sketch*. Akadémiai Kiadó. Budapest. (texto em inglês). 112 pp. US\$ 9.50.

Em abril de 1941, quando o ataque dos alemães à Jugoslávia estava iminente, toda a imprensa mundial cobriu a morte violenta de Pál Teleki, Primeiro Ministro da Hungria, país que não há muito tempo concluiu um tratado de amizade eterna com a Jugoslávia.

Foi isto o resultado direto das maquinações de Hitler, ou um suicídio demonstrativo de protesto?

PAL TELEKI foi um dos estadistas mais importantes da Hungria entre 1920 e 1941. Foi bem conhecido no exterior como um estudioso. Durante os anos do seu primeiro período como primeiro ministro (1920-1921) desempenhou papel significativo na elaboração da ideologia do regimen. Então — quando com uma concepção anti-soviética da Europa — colocou sua principal atividade ao serviço da revisão das disposições territoriais do Tratado de Paz de Trianon.

Ainda, os empreendimentos revisionistas húngaros não podem ser considerados como resultados de entendimento comum das grandes nações europeias, mas através da dependência da política exterior agressiva dos principais poderes, do bloco fascista formado nos meados da década de 30. .

Teleki estava bem consciente dos perigos desta situação; como Ministro da Educação em 1938 tentou introduzir a 'educação nacional' uniforme baseada numa 'Ideologia Húngara' particular para contrabalançar a influência intelectual alemã. No ano seguinte, quando aceitou ser Primeiro Ministro uma vez mais, tinha o objetivo em mente de que a amizade com os alemães, baseada no interesse da revisão territorial, não devia levar a uma orientação unilateral da política exterior ou a uma preponderância das forças da extrema direita nos negócios internacionais.

Teleki e sua política, tanto doméstica como exterior, falharam uma depois da outra.

Nenhuma biografia baseada em estudos cuidadosos foi publicada sobre qualquer das personalidades proeminentes na Hungria entre 1919 e 1945.

O autor deste livro foi o primeiro a delinear a carreira, e o retrato humano e político de uma das personalidades mais importantes desse tempo. Sua análise é variada e não foge a nenhum problema.

O leitor pode obter informação quase completa sobre as questões da história e da atmosfera política que prevaleciam, neste tempo, na Hungria.

Sobre sua morte o autor foi o primeiro na historiografia a empreender uma investigação científica, sobre todas as facetas do desaparecimento de Pal Teleki. Compreendeu que — além e acima dos aspectos do conflito húngaro com a Jugoslávia, causa direta do suicídio de Teleki — as informações sobre sua personalidade, vida e atividades são indispensáveis. É assim que esta biografia examina o assunto — confrontando com a realidade as lendas formadas sobre a personalidade de Teleki: cientista, estadista e político.

O livro é feito para os historiadores e pesquisadores da ciência social, para todos que se interessem por História — história das relações políticas e intelectuais, tanto quanto das influências e negócios estrangeiros — da Europa Oriental na primeira metade do século XX.

E.S.P.

* *

•

FELMANAS (Arnaldo). — *Sua Excelência... Meio-Cidadão*. Prefácio de Menotti del Picchia. Editora Cupolo. São Paulo. 1974. 215 páginas.

"Numa tarde de verão, numa praça de Kaunas, um grupo curioso ouvia atentamente o discursar de um forasteiro, agente de viagens de uma companhia de navegação francesa, que falava sobre as maravilhas do Brasil, e sobre as vantagens fabulosas que esperavam os que para lá emigrassem.

Era eu, então, um jovem recém-diplomado em Direito, por uma Universidade Francesa, e havia pouco que voltara para a minha Lituânia natal..."

"Foi neste estado de ânimo que me acerquei do grupo que ouvia o agente, naquela tarde tranquila de Kaunas. E foi assim que o Brasil entrou em minha vida" (p. 17).

Felmanas, baluarte dos direitos dos naturalizados no Brasil, é empresário, economista, fundador de bairros de São Paulo e cidadão honorário paulistano.

Analisando o livro de Felmanas, não são apenas os temas inéditos que nos chamam a atenção: os primeiros capitães da indústria; a pesquisa econômica nos anos 40 e 50; a falsa imagem do Brasil no exterior por volta desse período; uma cátedra em Boston para estudar o caldeamento de raças no Brasil; a história do financiamento da casa própria; o Plano Felmanas como precursor da correção monetária no ramo imobiliário; a Faculdade de Filosofia e seus fundadores; a Declaração dos Direitos Humanos e os Naturalizados.

Vemos, além da seriedade dos temas, a argúcia e a sensibilidade do imigrante, a ironia, o idealismo, as lutas contra moínhos, a visão pioneira de um porvir que está acontecendo: discursos provocados na Assembléia, pareceres, polêmicas, depoimentos de políticos e estadistas, momentos decisivos do país, vividos aqui e no exterior, velhas lutas e campanhas em função da imagem do Brasil e do intercâmbio internacional.

Como afirma Vilem Flusser, mencionado no livro de Felmanas, "somos todos imigrantes num mundo dentro do qual fomos jogados e ao qual procuramos desesperadamente assimilar-nos com grau de êxito variável" (p. 215).

"Sua Excelência ... Meio-Cidadão" é um brado de inconformismo. É uma dessas obras escritas com a paixão e a obsessão de toda uma vida, em que se mesclam autobiografia, história, política, economia, na atuação ininterrupta por uma causa. É a angústia de desejar "pertencer", integrar-se, mantendo, porém, o estigma da marginalidade face ao grupo majoritário.

Essa é a força da marginalidade. No Brasil, mulatos, judeus, estrangeiros e mulheres foram nacionalizados es da cultura. Por que? Para se integrem, para serem mais realistas que o rei. Por valorizarem com objetividade e isenção aspectos ignorados da cultura.

O livro de Felmanas é uma história amena, simpática, bem-comportada. Mas há nas entrelinhas desse homem refinado, polido e culto uma busca, uma inte"rogação, um drama: o movei que impulsionou a luta, a força que produziu a obra.

"Nós, todos nós, imigrantes, tivemos fé. E por essa fé tudo demos à grande terra que nos acolheu. E dela muito recebemos. A igualdade, mas não

a emancipação política de um cidadão com todos os direitos humanos, dentre dos princípios da "Declaração dos Direitos do Homem", fazendo parte integrante da família brasileira. Queríamos pertencer a ela, queríamos que ela nos acolhesse inteiramente. E nisso fracassamos. Por mais que tenhamos usado nosso ardor para conseguir total integração, nesse ponto o nosso esforço não deu frutos... Por mais alto que subamos, no Brasil, ainda somos todos, em nossos nomes, só "Meio Cidadões"... A procura de uma explicação para este fenômeno constitui a essência desta obra"(pp. 14-15).

Dada a importância da imigração num país como o Brasil, há relativamente poucos trabalhos de pesquisas, em geral restritos aos meios acadêmicos e a ângulos específicos. Felmanas, na introdução do livro, cita o Presidente Kennedy: "Imigração é, por definição, uma atitude de fé na mobilidade social. É a expressão em ação de positiva crença na possibilidade de vida melhor" (p. 14).

Em suas lutas e campanhas Felmanas acreditou nessa possibilidade de vida melhor e sempre acompanhou com entusiasmo a integração dos diversos grupos étnicos. Sua atitude refletia-se inclusive no entusiasmo com que prestigiava os casamentos "mistos" ocorridos na família. Radiante, Felmanas comentava nessas ocasiões: "Aqui, pelo menos, metade dos convidados eu não conheço...".

LÉA VINOCUR FREITAG.

* *
*

CHARNAY (Jean-Paul). — *Essai général de stratégie*. Paris, Editions Champ Libre, 1973.

Muito interessante a coleção iniciada e apresentada pelo livro de Charnay nas edições Champ Libre. Sobretudo porque permite retrair a história e as diversas tendências de uma disciplina — a estratégia — que, de arte e técnica da disposição das tropas, evolui para uma concepção global das relações entre Estados e entre povos. O interesse desta disciplina, do ponto de vista das ciências humanas é tanto mais atual, quanto o Poder Militar tende a afirmar-se, em nossas sociedades, não somente como o último bastião, mas também nos postos avançados das sociedades legitimamente constituídas.

Em si mesma, no entanto, a erudição incontestável de Jean-Paul Charnay não basta para que o estudo inaugural da coleção deixe de ser o que o título indicaria num francês literal: um Ensaio Geral. Um texto por vezes belo, um domínio acabado da *mise-en-scène*, um *décor* grandioso, mas a perícia de Charnay em manipular os atores não poderia ser suficiente para fazer a obra passar da *cena* para a realidade.

Há de tudo no ensaio de Charnay: a, composição quase musical da obra, as referências à cibernética, uma tentativa de "aplicação" da linguística, e uma visão metafísica da estratégia como problemática do Outro, sua Negação, e a Identidade como negação do Outro, além de várias imprecisões quando incursiona no terreno das ciências sociais. Mas esse é o onus de toda disciplina totalizante, de toda ciência da totalidade, e não resta dúvida de que essa é a tendência da disciplina da estratégia.

Pois o leitor que não se embaraçar com os escolhos, tirará certamente muito proveito do que resta da série de artigos ora remanejados na obra de Charnay. E em primeiro lugar, o reconhecimento da tendência totalizante da disciplina estratégica, que ambiciona tornar-se uma espécie de praxeologia, ou seja, ciência geral das práticas sociais.

Sem dúvida, não é sem interesse lembrar — como o faz Charnay — que a estratégia começou como mera arte da disposição das tropas, e inteiramente submissa, portanto, às diretivas políticas, e mesmo à definição dos objetivos da guerra.

Na era napoleônica, no entanto, uma nova significação começa a ser sustentada pelos teóricos da guerra — e entre eles, um dos que marcaram mais profundamente a disciplina estratégica moderna, Clausewitz — considerando a estratégia como disciplina particular da política, na medida em que se estabeleceu uma certa equivalência entre guerra e política: a guerra como continuação da política através de outros meios, segundo a célebre definição. Nessa fase, no entanto, a estratégia incorpora os aspectos políticos da guerra, e se reveste de uma tendência totalizante. No entanto, o caráter global da disciplina continua limitado, na medida em que se reconhece um caráter próprio à política como "continuação da guerra com outros meios" e, sobretudo, na medida em que a arte da guerra consiste ainda na destruição do potencial bélico inimigo, considerado em sentido estrito.

A era dos conflitos globais, no entanto, abre novas perspectivas para a ambição totalizante da estratégia. Os objetivos econômicos passam a ter grande importância dado o equilíbrio de forças registrado nos *fronts*. Os objetivos civis, a destruição ou a subversão da sociedade civil e o desmantelamento do Estado passam a ser meios indiretos — e mesmo recursos imediatos — para obter-se uma decisão nos campos de batalha, ou mesmo para prescindir dos mesmos, como no caso do apóio indireto do Reich Alemão à revolução soviética. Com isso, a estratégia troca de papeis com a política ou, mais precisamente a engloba, na medida em que as relações entre Estados passam a implicar *estratégias* em diversos níveis — econômico, político, cultural — e que a estratégia propriamente militar passa a ser uma das muitas disciplinas da grande estratégia, ou a ciência global das práticas sociais, tanto internas a um país como nas suas relações com outros povos e Estados.

Os armamentos nucleares não teriam alterado significativamente essa tendência, mas reforçado, de tal maneira, que levaram a uma alternativa brutal, o genocídio ou a não-violência total. Fora desses dois extremos, o equilíbrio

do terror só poderia recorrer à ameaça universal — que teria como sub-produto a resistência mais ou menos organizada e constante; ou então à persuasão.

Neste segundo caso, a persuasão deve basear-se na bondade intrínseca do novo regime proposto. Por isso mesmo, a defesa não tem mais como único objetivo

"garantir a integridade do território, a sobrevivência da população, a solidez de um regime, mas deve assegurar a perenidade de uma civilização, a adequação dos modos de vida à evolução industrial e o aperfeiçoamento e a renovação de atitudes mentais seculares — ou, se se quiser, a perenidade da estratificação social de onde emergem esses modos de vida e atitudes mentais, e do regime econômico-político que a sustenta" (p. 41).

É a partir dessas observações sobre a evolução geral da doutrina estratégica que o autor vai elaborar os modelos integrados de estratégia apresentados no final do volume. E é sob e esses modelos, tão ambiciosos quanto sofisticados, que a obra pode ser julgada. Qualquer que seja o valor desses modelos, no entanto, ao retrair a evolução e as tendências da disciplina estratégica, o autor já lançou alguma luz sobre as interações atuais do poder militar com o poder político.

J. A. GUILHON ALBUQUERQUE.

* *
*

ARAY(Siwitt). — *Les cent fleurs*. Paris, Flammarion. Coleção "Questions d'histoire". 1973.

A coleção *Questions d'histoire* publica verdadeiros documentos de utilidade indiscutível para o estudioso das ciências humanas, pois permite tão só uma familiarização com o problema tratado — através da exposição que constitui metade da obra — mas também um trabalho de reinterpretação, quando o mesmo se impõe — baseado na documentação que forma a segunda parte do volume. Não é bem o caso do estudo consagrado à campanha das "Cem Flores" na China. Talvez dadas às dificuldades inerentes ao acesso à informação sobre esse país por especialistas estrangeiros a verdade é que Siwitt Aray dedica menos de 20 das quase 200 páginas do livro a documentos diretos, boa parte dos quais provem de citações ou extratos publicados em jornais chineses de grande circulação.

O que seria, portanto, inaceitável se se tratasse de um estudo histórico e historiográfico sobre o Ocidente, parece tornar-se um hábito no tratamento das questões de história dos países comunistas. O intelectual ocidental habituou-se aos documentos de segunda mão, profundamente interpretados e reinterpreta-

dos por especialistas, cujos critérios de indução e dedução, e cujos hábitos de administração da prova obedecem a razões que somente a razão dos kremlinólogos e sinólogos conhece. Sem dúvida não parece razoável citar inúmeros documentos aparentemente importantes sem reproduzi-los na parte documental, que existe exatamente para isso. De tal maneira que se pode dizer que os documentos citados por Aray desempenham, antes de mais nada, um papel *ilustrativo* da tese que expõe na primeira parte do livro; e que é como *tese* que a obra deve ser tratada.

O estudo é uma (re) interpretação da campanha das "Cem Flores" baseada no *slogan* "Que cem flores desabrochem, que cem escolas rivalizem", lançado pelo Partido Comunista Chinês em maio de 1956, que precedeu a campanha do "Grande Salto para a Frente" (dezembro de 1957) e foi contemporânea, no mundo comunista, do início da desestalinização e das revoltas na Polônia e na Hungria, esmagadas pela intervenção soviética.

Em volta do período das Cem Flores propriamente dito, o autor considera as relações de poder na China Comunista, as lutas no interior do Partido Comunista Chinês, e a sequência imediata da política das "Cem Flores", isto é, a repressão que assegura a vitória da linha defendida por Mao Tsé-tung, e que prepara o lançamento do programa do "Grande Salto para a Frente".

A preocupação central do autor é a de ultrapassar a base "mítica" do estudo das sociedades comunistas. Segundo ele, os regimes comunistas permaneceram por muito tempo isentos de verdadeira crítica histórica, na medida em que eram vistos, pelo Ocidente, como o mito (negativo) do "perigo bolchevista" ou o mito (positivo) da "pátria do socialismo". O mito é alvo de veneração ou de repúdio, mas não de crítica científica.

Mito não menos importante seria o do próprio Mao Tsé-tung, tido no Ocidente por chefe de uma ala liberal, que teria provocado o debate na sociedade chinesa no momento em que a Europa oriental se debatia em crises internas esmagadas pela intervenção soviética. Para o autor, a política das Cem Flores aparece num momento de tensão no interior do partido, em que a tendência de Mao, justamente da acumulação acelerada, torna-se minoritária. Mao ter-se-ia aproveitado da liberalização do período das Cem Flores para criticar a tendência oposta e obter, assim, uma campanha de repressão na sociedade e de depuração no seio de partido, o que lhe permitiu lançar, em seguida, a fase do Grande Salto, programa de coletivização acelerada.

Talvez a falta de documentos, através dos quais se possa cotejar a interpretação do autor com uma parte dos fatos, diminua em parte o valor do estudo de Aray. Talvez outro obstáculo seja o fato de o autor evitar inserir o fenômeno estudado em um contexto mais amplo no *tempo*. Eis que as políticas "cultrais" do P.C.C. passaram a ser reavaliadas, em seus conjuntos, a partir da chamada Revolução Cultural, a mais longa, recente e conhecida das políticas "culturais" orientadas por Mao na sociedade chinesa.

De maneira geral, as Cem Flores, como a Campanha de Educação Socialista, posterior, passaram a ser consideradas como uma espécie de ensaio geral

da "Revolução Cultural", e reinterpretadas à luz da mesma. Nesta hipótese, as políticas anteriores seriam tentativas abortadas de revolução cultural, abortadas justamente pela poderosa oposição interna encontrada pela facção maioista no interior do partido.

Por outro lado, o autor parece inclinar-se por uma interpretação monolítica da estratégia da fração maoista, quando o que caracteriza a história recente da sociedade chinesa são justamente as mudanças bruscas de orientação, os saltos e a descontinuidade nas políticas comandadas pelo P.C.C. Fora dessa interpretação monolítica talvez não fosse difícil compreender que a facção maoista, que parece responsável, justamente, por essas reviravoltas e descontinuidades na política chinesa, possa caracterizar-se mais por uma flexibilidade estratégica, que a leva a alternar as fases de liberalização com fases de repressão, aliando-se ora com uma facção, ora com outra, para desembaraçar-se do adversário mais poderoso no momento. A alternância de liberalização e repressão, registrada pelo autor na campanha das Cem Flores, como a que a imprensa ocidental observou na recente Revolução Cultural — e mesmo na campanha mais recente que parece delinear-se hoje na China — não desmentiriam esta hipótese.

J. A. GUILHON ALBUQUERQUE.

* *
*

HORCH (Rosemarie E.). — *Catálogo dos folhetos da Coleção Barbosa Machado*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1974 (Anais da Biblioteca Nacional, 92, p. 11-251, 1972).

A Coleção Barbosa Machado veio ter ao Rio de Janeiro em 1808, como parte integrante da Livraria de D. João VI (que foi o fundo inicial da Biblioteca Nacional).

A importância do Abade Diogo Barbosa Machado para a Bibliografia é ressaltada no estudo que Ramiz Galvão, então Diretor da Biblioteca Nacional, publicou em 1876, no volume 1 dos *Anais* e que é reproduzido nas páginas iniciais do Catálogo em questão. Sua obra mais importante foi a *Bibliotheca Lusitana historica, crítica, e cronologica*, publicada entre 1741 e 1759. Malgrado suas falhas, naturais diante da precariedade de fontes e de conhecimento técnico, inerentes à própria época em que foi composta, esta bibliografia é considerada, pelos modernos especialistas, como um dos mais importantes trabalhos feitos no gênero, em todos os tempos.

A Biblioteca do Abade Barbosa Machado, reunida em muitos anos de laboriosa seleção, constitui-se de mais de cinco mil livros, cujos assuntos são, principalmente história, religião e literatura.

Ao lado dos livros, figuram folhetos. Estes —

"publicações de pequeno fôlego e destinadas quase sempre ao efeito do dia em que saem à luz (e que) não se julgam ordinariamente dignas de encardenação e dentro de poucos anos desaparecem, roubando à história um subsídio valioso e muitas vezes à literatura um tesouro inestimável",

no dizer de Ramiz Galvão — é que constituem a matéria do trabalho ora analisado. Estes oitenta e cinco volumes de opúsculos sobre história e literatura luso-brasileiras, desde o século XV ao XVIII, vem sendo objeto de pormenorizado levantamento analítico, desde longa data, por parte de Rosemarie Horch. Por ora, através do volume 92 de seus *Anais*, a Biblioteca Nacional coloca ao alcance de historiadores, pesquisadores da literatura e bibliógrafos, a primeira parte daquele levantamento, referente aos folhetos publicados entre 1481 e 1639. Fica a promessa de outro tomo, com início no período da Restauração de Portugal. A autora, especialista em livros raros, já havia publicado em 1963, uma *Brasiliana* e, em 1969, um *Catálogo de Vilancicos*, de peças pertencentes à este mesmo acervo.

Obedecendo a uma disposição cronológica, os verbetes contem: nome do autor, data de nascimento e morte, quando conhecidas, ou o século em que viveu, se não; título da obra, seguido dos dados de local de publicação, casa editora, data, paginação e formato, completando-se a citação bibliográfica do folheto.

Os comentários que se seguem é que realmente revelam o conhecimento, o critério e o cuidado com que Rosemarie Horch dedicou-se a analisar os opúsculos. Buscando esclarecimentos nas mais conceituadas fontes nacionais e estrangeiras, cujo elenco ocupa as páginas de 49 a 62, e graças a leitura atenta que fez de cada um dos folhetos, foi possível à autora estabelecer características tipográficas, conteúdo, raridade, localização de outros exemplares, falhas de trechos, além de dados biográficos dos autores.

O trabalho, digno dos louvores dos cultores da gramática histórica, da literatura, da história política, da vida, sociedade e religião em Portugal e seu império nos séculos XVI e XVII, inclui obras, entre outros, dos consagrados Damião de Goes, Diogo de Teive, André de Rezende e de Pedro de Magalhães Gandavo, com sua "*História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*".

HELOÍSA LIBERALLI BELLOTTO.

* * *

MOTOYAMA (Shozo) (Organizado por). — *História da Ciência, perspectiva científica*. Coleção da Revista de História (nº XLVI). São Paulo, 1974. 317. pp.

Uma das boas recordações que guardo do saudoso Professor Heinrich Rheinboldt, fundador do Instituto de Química da Universidade de São Paulo,

prende-se ao interesse que o grande mestre sempre demonstrou pela História da Ciência. Quando secretário da Faculdade de Filosofia daquela Universidade, muitas vezes esteve Rheinboldt em minha sala conversando sobre o assunto. Sabendo-me professor de História perguntou-me ele, um dia, por que no Brasil se dava tão pouca atenção ao fascinante campo da História da Ciência. Entendia o saudoso mestre que nenhum cientista poderia sentir-se completo se não conhecesse muito bem a evolução pela qual passou, ao longo dos séculos, a sua ciência. E ele próprio dava o exemplo: químico renomado, já de alto conceito quando Teodoro Ramos o contratou para a então recém-fundada Universidade de São Paulo, detentor, inclusive, de prêmios internacionais, Rheinboldt era um apaixonado pela história de sua matéria, sobre a qual muito escreveu. Ao publicar um livro sobre Berzelius, fez questão de oferecer-me um exemplar, que guardo carinhosamente na biblioteca do Departamento de História de nossa Universidade Católica e no qual apôs curiosa dedicatória "ao Doutor Odilão". Rheinboldt nunca foi capaz de pronunciar meu nome e embora soubesse, obviamente, como escreve-lo, preferia grafá-lo tal como pronunciava. Assim, para ele, falando ou escrevendo, fui sempre o "Doutor Odilão". . . E o mestre soube incutir em alguns de seus discípulos idêntico interesse: haja vista o excelente trabalho há pouco publicado pelo Professor Simão Mathias, num dos suplementos do centenário do "O Estado de São Paulo", sobre a evolução da Química no Brasil.

Se estou a evocar nestas linhas o saudoso Heinrich Rheinboldt, de quem, como disse guardo excelentes recordações, é porque fico a imaginar quanto ele, se, mercê de Deus, ainda estivesse entre nós, se sentiria feliz com o inusitado interesse que ultimamente vem despertando no movimento editorial brasileiro a matéria que ele tanto defendia, ou seja a História da Ciência. Não só uma importante editora de São Paulo abalçou-se a publicar a grande obra dirigida por René Taton, em doze volumes, como numerosos outros trabalhos de divulgação ilustram os catálogos das nossas diversas casas editoras, quer em livros originais quer, como no mais das vezes acontece, em traduções bem cuidadas. E como se não bastasse, surgem ainda movimentos editoriais em forma de fascículos ou de livros periódicos (como os da Editora Três) divulgando a vida dos grandes cientistas ou as etapas mais importantes da história das diversas atividades científicas, responsáveis pelo extraordinário desenvolvimento da civilização nos últimos dois séculos.

Mas, muito mais feliz Rheinboldt se sentiria se visse o recente volume publicado por iniciativa do benemérito Eurípedes Simões de Paula, intitulado "História da Ciência: perspectiva científica". Nele, Rheinboldt veria a concretização de um dos seus ideais: a sua Universidade interessando-se pela História da Ciência e promovendo, sobre o assunto, um Curso de Extensão Universitária, em boa hora realizado pelo Departamento de História exatamente com o objetivo de, no dizer de Simões de Paula, "servir de ponte cultural entre o setor chamado das Humanidades e as matérias ditas científicas". Foi assim, remata o diretor da Faculdade de Filosofia, que se estabeleceu

"um intercâmbio entre as duas áreas, com grande proveito". Era exatamente a linha de pensamento do saudoso Rheinboldt. Nunca se conformou com a dicotomia absoluta que entre nós se fazia (e, salvo raras exceções, ainda se faz) entre as duas grandes áreas do conhecimento. O grande cientista faleceu sem ter tido oportunidade de ver, na sua Universidade, a mais leve sombra do que atualmente nela se faz. E vem bem a propósito que o primeiro trabalho incluído no volume que estou registrando verse sobre "A Química na Antiguidade"...

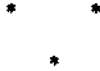
Ao organizar tal volume, reconheceu o Professor E. Simões de Paula o quanto são raros, em vernáculo, livros e artigos sobre História da Ciência, especialmente em nível mais científico. O volume 46 da "Coleção da Revista de História", vem, pois, preencher sensível lacuna, ao abrigar nas suas páginas as dezesseis conferências proferidas no curso em boa hora promovido pelo Departamento de História da mais importante Universidade brasileira. Por ele se responsabilizou o Professor Shozo Motoyama, a quem se devem estas oportunas palavras na apresentação do volume: "Analisando a ciência dentro de duas coordenadas, ou seja, dentro do temporal e do estrutural, ela (a História da Ciência) fornece balizas imprescindíveis para a compreensão da mesma. Nesse sentido, a análise histórica dá os elementos para a compreensão da ciência enquanto cultura, ou então, como fator atuante na técnica de produção. Outrossim, ela é fundamental para as investigações acerca da lógica do Desenvolvimento científico, da epistemologia e do método. Não é por acaso que a Filosofia da Ciência tenta se aproximar cada vez mais dela nos últimos tempos. Ademais, a História da Ciência presta-se à divulgação. Divulgação esta, tão necessária nos dias de hoje. Ela serve de ponte de ligação entre o mundo hermético do cientista e o mundo convulso do homem comum.

O volume que vem de aparecer apresenta variadíssima gama de interesses, como bem o mostrará a simples enumeração da matéria nele contida: Química, Universidades medievais, Mecânica newtoniana, Mecânica clássica, Teoria da Relatividade, Botânica, Geomorfologia, Historiografia Contemporânea, Biologia, Educação, Biofísica, entre outros.

Ao registrar o volume 46 da "Coleção Revista de História", espero me penitenciar da crítica que ainda há pouco fiz ao Departamento de História da Universidade de São Paulo por não ter cuidado do setor publicações, constatando que, há mais de vinte anos, sua série de "Boletins" acha-se interrompida, com uma exceção apenas para a reedição facsimilar de "O comércio varegue e o Grão-Principiado de Kiev", tese de doutoramento de Simões de Paula, publicada pela primeira vez nos idos de 40. Mas, se por circunstâncias, certamente de ordem econômica, os "Boletins", não mais têm vindo a lume, ocorre em benefício dos interessados o mesmo Simões de Paula com a sua generosidade, franqueando as páginas de sua "Revista de História" (que acaba de atingir o n.º 100) inclusive para a publicação de teses de mestrado e de doutorado, para as quais a mais indicada seria, naturalmente, a coleção

de "Boletins". Mas ainda bem que existem homens como Eurípedes Simões de Paula, com seu total desprendimento e espírito de benemerência.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS.



GUSDORF (Georges). — *De l'Histoire des Sciences a l'Histoire de la Pensée*. Editora Payot. Paris. 1966.

Apesar de tratar-se de uma publicação de quase 10 anos, este livro permanece atual, uma vez que muitas das críticas apresentadas permanecem válidas, o mesmo acontecendo com os caminhos propostos pelo autor, para uma renovação da História da Ciência.

Realmente, o contacto com um bom número de publicações neste campo, revela a falta de rigor metodológico ainda existente. E Gusdorf não apenas dissecou a Historiografia existente, como propõe, como o título do livro indica, que a única saída válida para a História da Ciência é uma abertura para a História do Pensamento.

O exame do próprio termo História da Ciência, leva o autor a uma análise do que seja a "Ciência", com um retrospecto rápido das significações tomadas pelo termo latino *scientia*, até o século XVII. Esta análise leva o autor à conclusão de que "a Ciência é uma variável histórica" (p. 15), ponto básico para as discussões posteriores.

A seguir é apresentada uma retrospectiva da História da Ciência desde Francis Bacon até o século XX, chegando por fim à apresentação de críticas e caminhos válidos a serem seguidos.

Suas críticas têm por base a tese de que a Ciência não é autônoma, mas "a expressão legítima de uma das atitudes que o pensamento humano pode adotar frente ao mundo" (p. 187) e como história de uma forma de pensamento, a História da Ciência deve por em destaque o pensamento global de um indivíduo, o que pressupõe a análise do panorama cultural de uma época dada. Daí ser a História da Ciência inseparável de uma História da Inteligibilidade (p. 182).

As críticas se voltam contra a História dos eventos (preocupada com a aquisição de verdades particulares); contra a construção regressiva da História da Ciência (que perde a visão da ciência da época passada) e contra a História da Ciência como uma História da verdade, já que os fatos devem ser interpretados em função da situação de conjunto (p. 160 a 180).

Como um programa inicial de pesquisa, o autor propõe o inventário de significações e valores que povoam o universo do conhecimento (p. 257), aproximando-se do programa já apresentado por Lucien Febvre no seu *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle*.

Os projetos mais específicos: uma pesquisa sobre a história e a geografia do espaço-tempo científico; a procura de uma determinação do papel social da ciência; pesquisas sobre as bibliotecas, jornais, revistas, instituições; uma história dos meios de difusão da ciência; uma pesquisa sobre os homens que fizeram ciência, etc. (p. 289 e sg.).

Em suma, um livro para ser lido e para tornar-se base de reflexão, além de uma leitura rica, de uma intensidade de pensamento que seria de se esperar numa verdadeira História das formas de conhecimento.

MARIA AMÉLIA DANTES.



BARBOSA (João Alexandre). — *A tradição do impasse. Linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo*. São Paulo. Editora Ática 1974.

Não se trata de uma análise de história da crítica brasileira, nem mesmo de um estudo sobre o pensamento de José Veríssimo, mas sim de um livro de Teoria Literária. É certo que o autor, como todo o bom historiador, fez uma pesquisa bibliográfica exaustiva, conseguiu reunir e ler toda a vasta e dispersa obra de José Veríssimo, compilando os artigos, resenhas e notas publicados em jornais e revistas, muitos dos quais não foram publicados posteriormente em livro. Esta coleta paciente permite-nos hoje conhecer realmente a totalidade da obra de José Veríssimo e possibilita assim um estudo do seu pensamento em todos os seus aspectos.

Mas esta massa documental foi desbastada em função de um problema, foi selecionada segundo um critério, e portanto uma parte não transparece no trabalho de João Alexandre Barbosa. Este não se preocupou com a totalidade dos enunciados à sua disposição, não constituiu com eles sub-sistemas de um sistema de pensamento. À análise temática ou a uma análise segundo a ordem das razões, preferiu o autor um estudo diacrônico, como se pode ver pelos títulos dos capítulos: "Uma geração contestante (1878-1890); "Um 'grão de ironia e de cetismo' (1891-1900)"; "A dupla face de Janus (1901-1916)".

Recusando uma leitura de historiador, João Alexandre Barbosa pretende fazer uma leitura *atual* de José Veríssimo e considera essencial responder à seguinte pergunta: "O que significou a crítica literária para Veríssimo?". É certo que o autor logo amplia a problemática inicial, agregando a esta outras questões: Qual o tipo de estrutura social com o qual se articula a obra do crítico? De que maneira esteve e la relacionada com o pensamento crítico-literário que a antecedeu? Qual a importância da obra de Veríssimo para o processo da literatura brasileira do seu tempo? Qual a sua repercussão posterior? Mas o fio condutor da análise permanece o mesmo, ditado pela mo-

derna teoria literária e por um dos seus problemas cruciais: a construção do "modelo" crítico.

Apesar deste propósito bem deliberado, apesar da preocupação fundamental com a elaboração de uma "linguagem" da crítica, nota-se uma duplicidade no livro de João Alexandre Barbosa, pois se por um lado se propõe fazer um estudo de Teoria Literária, por outro lado não resiste também à tentação de fazer história, talvez porque a sua noção de "modelo", de "linguagem crítica", ainda não se encontra no seu livro suficientemente explicitada.

Tal como o Roland Barthes dos *Essais critiques*, João Alexandre Barbosa aprendeu com os lógicos a distinguir entre *linguagem-objeto* e meta-linguagem, ou seja, entre a linguagem que é objeto de investigação e aquela outra linguagem, necessariamente artificial, com a qual se procede a essa investigação. Esta distinção aparece como fundamental, pois permite colocar a linguagem literária como linguagem-objeto e a linguagem crítica como meta-linguagem, e é ela que se encontra subjacente no estudo sobre José Veríssimo.

Mas será a definição apresentada por João Alexandre Barbosa suficientemente clara? "E por linguagem crítica deve-se entender não somente os mecanismos de expressão, como ainda os processos utilizados para a apreensão de objetos culturais agenciados por uma linguagem incapaz de ser captada através dos sistemas anteriores. Para usar da terminologia dos lógicos, uma meta-linguagem que pudesse penetrar a nova linguagem-objeto" (p. 78). Notemos que aqui se acentua, mais do que a *artificialidade* da linguagem crítica, o seu modo de apreensão do objeto. Daí resulta que para João Alexandre Barbosa significa praticamente o mesmo mostrar o processo de desenvolvimento das idéias do autor e mostrar o processo da evolução da sua linguagem. Ideário e linguagem crítica confundem-se, e assim se compreende que José Veríssimo seja analisado num domínio muito mais amplo do que aquele que seria recortado se levasse em conta apenas as relações entre crítico literário e literatura.

O autor distingue na produção de José Veríssimo três "modelos" distintos e procede à sua avaliação: "Trata-se de fazer o levantamento, com a perspectiva oferecida pelo tempo, dos acertos de sua abordagem crítica e das incompreensões a que foi levado por esta mesma maneira de enfocar os problemas literários e, mais amplamente, culturais". (p. 23).

A primeira fase (1878-1890) é dominada, no que se refere à crítica literária, pelo ensaio "A Literatura Brasileira — Sua Formação e Destino", que por um lado mostra a carência de originalidade da literatura brasileira e por outro aponta o estudo etnológico e histórico como caminhos para a sua regeneração. A falta de originalidade era, para Veríssimo, resultado de três ausências, a de uma tradição nacional, de uma língua nacional e de uma educação nacional. O seu critério de avaliação das obras literárias era por esse tempo o da nacionalidade, e em seus primeiros ensaios de crítica procurava integrar à sua linguagem os elementos provenientes das suas leituras positivistas e dos seus primeiros estudos de Etnologia. João Alexandre Barbosa chama a

atenção para a defasagem entre o modelo "positivo" do autor e a sua prática crítica, entre a cientificidade do seu esquema de interpretação e a maneira como na realidade redige as suas notas críticas.

Segue-se a esta a fase em que a literatura é encarada no quadro mais amplo da cultura nacional, uma outra (1891-1900) em que Veríssimo se concentra nas produções especificamente literárias: aos *Estudos Brasileiros* correspondem agora os *Estudos de Literatura Brasileira*. E o modelo não é mais o científico mas sim o do impressionismo crítico de Anatole France e de Jules Lemaitre. E a partir de 1901, mostra João Alexandre Barbosa que a obra de José Veríssimo reflete a dualidade de uma aspiração pela especificidade da crítica literária e de um intuito de participação, através das letras, na vida nacional.

Não só o livro de João Alexandre Barbosa se apresenta como uma indagação teórica e não como uma reconstituição histórica do pensamento de José Veríssimo, como também ele pretende ir além de caso individual: "procuramos a extração de alguns modelos válidos, a nosso ver, não apenas para José Veríssimo como para toda uma extensa faixa da reflexão e da linguagem críticas no Brasil entre as três últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do XX".

MARIA BEATRIZ NIZZA DA SILVA.